

Presidente da Mesa: Muito boa noite, Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Srs. Membros do Executivo, Sras. e Srs. Membros eleitos da Assembleia de Freguesia, ilustríssimos membros do público, e membros da Mesa também, já agora. Queria, obviamente, cumprimentar a todos no início desta nossa segunda Assembleia de Freguesia deste mandato – mas, de facto, a primeira, uma vez que a Assembleia de Freguesia anterior tratou da posse e da instalação dos órgãos da freguesia; esta, no fundo, é a primeira em que temos trabalhos normais. Cumprimentá-los a todos.

Creio que todos terão recebido a ordem de trabalhos e terão conhecimento de qual é a ordem de trabalhos, que terá sido suficientemente divulgada.

Informar também que a Bancada do Partido Socialista solicitou a substituição de um elemento dos seus eleitos, Óscar Machado Rodrigues por Ana Varela Coelho. Penso que está presente, e portanto, só para que se saiba e conste essa mesma informação.

Esta reunião é uma sessão pública. Ao ser uma sessão pública, é aberta ao público – como o próprio nome indica. E começa precisamente por intervenções do público. Eu pergunto se alguma das pessoas do público presentes querará intervir. Foi o senhor primeiro, pedia que usasse o microfone. Alguma coisa que corra mal, desculpem, mas eu também sou novato nestas funções – não é que não tenha presidido a Assembleias anteriormente, mas nesta é a primeira vez. E portanto, fala daí, diz-nos só o seu nome e quem é, no fundo. E eu sugeria, se estivessem de acordo, que a sua intervenção não excedesse cinco minutos, para termos um tempo razoável para as intervenções do público – se houvesse mais pessoas, teríamos até que reduzir o tempo. Mas, sendo assim, pedia que não excedesse os cinco minutos, se faz favor.

Pedro Gomes (Munícipe): Boa noite. Antes de mais, boa noite ao Sr. Presidente da Mesa, ao Sr. Presidente da Junta, aos membros do Executivo, aos demais eleitos e ao público que hoje acompanha os trabalhos.

O meu nome é Pedro Gomes, e eu venho aqui enquanto Diretor de um clube da freguesia, que é o Clube Sportivo Pedrouços, clube esse sobre o qual vim aqui hoje fazer uma exposição, para a qual pedia atenção, tanto dos eleitos, como uma resposta da Junta e do Sr. Presidente em particular.

O Clube Sportivo Pedrouços é uma instituição que tem quase cem anos, que tem há oito anos um protocolo com a Junta de Freguesia, o qual honrou e honra todos os meses, protocolo esse que tem a ver com a instalação da Lavandaria Social e da Loja Social. Acontece que nós andamos já há algum tempo a pedir, ou a solicitar, ao Sr. Presidente e ao seu Executivo – e já ao anterior – uma reunião para podermos falar sobre as contas deste protocolo, e é precisamente sobre as contas deste protocolo que nós queríamos uma informação. O Sr. Presidente tem-se recusado a reunir connosco, nós enviámos uma carta registada, que já receberam, mas que também não tivemos qualquer resposta, apenas um telefonema deselegante da parte de um dos membros do Executivo – mas como foi um telefonema, eu não vou sequer citar o que lá foi dito. Mas, no fundo, a

exposição é a seguinte: há oito anos – e portanto, não foi outro Executivo, ou outro Presidente de Junta; foi outro Executivo, certamente, mas não foi outra pessoa, enquanto Presidente de Junta, que o celebrou, porque o Sr. Presidente de Junta já o é, salvo erro, desde 2001, Presidente de Junta, já é um decano destas andanças em Lisboa, provavelmente o mais antigo de todos os Presidentes de Junta em exercício, e prepara-se para mais quatro anos – celebrou este protocolo com o Clube Sportivo Pedrouços, e ambas as instituições o celebraram de boa fé. Acontece que o Pedrouços tem cumprido a sua parte do protocolo; tem cumprido a sua parte do protocolo, a Junta tem acesso ao espaço, a Junta usufrui do espaço, as máquinas estão a trabalhar – e não são máquinas quaisquer; são máquinas industriais, de lavagem e secagem de roupa, caldeiras de passar roupa, termoacumuladores, enfim, tudo aquilo que o Sr. Presidente de Junta já deve ter referido inúmeras vezes sobre o trabalho que faz essa Loja Social e essa Lavandaria Social. Acontece que desde outubro de 2016 que a Junta de Freguesia não faz um único pagamento sobre este protocolo. Portanto, o Pedrouços é um clube que vive de poucos recursos dos seus associados e da pouca atividade que vai conseguindo manter, tem que rescindir, e pedimos já por carta registada, em tempo oportuno, para rescindir o protocolo, não antes do prazo – o protocolo é para terminar em março do próximo ano, e nós, num período antes dos noventa dias, honrando tudo aquilo que são os compromissos do Clube Sportivo Pedrouços, enviámos uma carta a dizer que não queremos a renovação – nós nem estamos a rescindir com tempo anterior ao termo do protocolo, mas sim a dizer que não queremos mais a sua renovação, nos termos do mesmo, e ainda não tivemos nenhuma resposta. Mas, há uma coisa, nós queremos exigir aquilo que é nosso – não estamos sequer a pedir apoio, que isso, o Sr. Presidente também não tem dado; estamos a exigir uma coisa que é nossa. Nós fizemos todos os pagamentos de água e luz referentes à instalação da Loja Social e ao uso que faz mensalmente, e desde 2016 – esta Junta de Freguesia fechou contas de 2016, e provavelmente fechou-as com dívida, porque existe uma dívida e ela não está paga, e eu pedia, é esse o dever dos membros eleitos, é que fiscalizem os protocolos – o protocolo teve que vir à Assembleia de Freguesia para ser aprovado e ratificado – que fiscalizem esse protocolo porque vamos fechar mais um ano, o Sr. Presidente recusou-se a reunir connosco, o nosso Presidente do Conselho Fiscal fez um telefonema ao Sr. Presidente, ainda esta semana, para nós nos reunirmos ainda este ano, e foi recusado por falta de agenda e de oportunidade do Sr. Presidente, mas o que é certo é que nós não conseguimos receber aquilo que nos pertence. A Loja Social funciona, faz a sua atividade, mas não é a Junta que a está a suportar, porque os custos com aquela Loja Social, quem os está a suportar é uma instituição muito pequenina, que não tem um Orçamento de dois (2.000.000€), ou três (3.000.000€), ou quatro milhões de euros (4.000.000€) – não sei quanto é que é agora o Orçamento deste ano, provavelmente estará a este nível, para todos vocês aprovarem – não tem esse Orçamento. E Sr. Presidente, se nós continuarmos a suportar o seu serviço social, o nosso clube vai fechar, porque não tem condições para isso. Acrescentando que houve um arraial, o Arraial de Belém, que é feito também nas nossas instalações, que o Sr. Presidente diz que é mais um sacrifício, mas que é nas nossas instalações, há dois meses que nós estamos inibidos de usar as nossas instalações desportivas porque está afeto ao arraial, e essas contas também ainda não foram feitas. Nós já pagámos as contas do arraial, essas

contas não foram feitas, não houve ainda lugar a transferência por parte da Junta sobre as contas desse arraial, os Presidentes já pediram contas – os Presidentes de outros clubes, que não é só o Clube Sportivo Pedrouços, depois é dividido irrmãmente por todas as outras coletividades, escuteiros e afins, e ainda não houve contas desse rosário. Portanto, aquilo que nós pedimos é o seguinte: eu percebo que as pessoas quando estão muito tempo no mesmo lugar, com as mesmas funções, se apoderam das coisas, já não são raríssimas vezes em que as pessoas se apoderam das funções que têm. O Sr. Presidente, acho que já era tempo, no mínimo, já não digo de educação, mas de cumprir a palavra que deu e que pague aquilo que são as contas. Elas, de si, já não são sérias, e eu passo a citar: o Clube Sportivo Pedrouços tem uma sede muito pequenina na Rua de Pedrouços, sede essa que tem uma atividade muito rudimentar, e só abre ao final do dia, e é frequentada por pouquíssimas pessoas. E até então, tinha contas muito baixas de eletricidade, na ordem entre os 100€ e os 200€. Hoje em dia, chega a ter contas de dois meses de 1.500€. As máquinas que lá estão são industriais e trifásicas, o que obrigou a uma instalação trifásica. Mas, nestes anos de protocolo, até à data de julho de 2017, o Clube Sportivo Pedrouços teve uma conta na qualidade de 31.988€, dos quais a Junta participou com 8.343€. Portanto, o Pedrouços pagou 23.000€. Este clube nunca teve na sua história, nem voltará a ter, contas deste montante, de trinta e tal mil euros, 35.000€ de água e de luz para pagar.

O que eu vos exponho aqui é isto, é que o Sr. Presidente faça um esforço, dentro daquilo que é a sua atividade normal, um esforço para nos responder, pelo menos à carta, ao pedido de reunião – eu sei que o Sr. Presidente não quis reunir com a Direção porque acha que há “polítiquices”, e não percebo por quê, o Sr. Presidente gosta de escolher os interlocutores que tem. Eu não escolho, eu vim hoje aqui falar com todos os interlocutores que aqui estão, tanto do Executivo, como da Mesa, são todos eleitos. Eu venho aqui expor a todos. E o Sr. Presidente acha que não, que só deve falar com algumas pessoas do Clube Sportivo Pedrouços, porque as outras, não lhe interessa. Só que o Sr. Presidente não pode escolher; eu sei que custa, mas não pode escolher as pessoas que estão do outro lado e com quem quer falar. Há uma Direção que já lhe pediu várias vezes reuniões, e o Sr. Presidente tem-se recusado. Não sei se é por não querer pagar, mas alguma razão terá, e que não é plausível. Mas, se puder, eu gostava de ter a sua resposta, e dar só um pequenino toque, que o Sr. Presidente fez, ou o seu Executivo, um telefonema, que até já tinha alternativa para a Loja Social, e ainda não nos respondeu, mas já diz: “Eu tenho uma alternativa”, ou seja, “Não pago, mas até já tenho uma alternativa para levar isto.” Normalmente, os caloteiros fazem isso: não querem pagar, pegam nas coisas deles e vão para outro lado, fazem o calote e vão para outro lado, fazem outro calote e vão para outro lado. Espero que não seja isso, que o Sr. Presidente apenas nos responda, e se pagar aquilo que deve, nós podemos ponderar se a Loja Social se deve manter, ou não, mas temos que defender aquilo que são os interesses do clube.

Muito obrigado. Boa noite e bom trabalho.

Presidente da Mesa: Muito obrigado pela sua intervenção. A senhora agora, então, nos mesmos termos, por favor. Pedia-lhe também, se possível, que não

excedesse – eu até estava aqui à procura, eu acho que no Regimento são menos, são três minutos. Mas eu disse cinco, e mantenho o que disse. Pedia só que se identificasse também.

Maria das Dores (Munícipe): Eu vou ser muito rápida. Maria das Dores, da Associação de Reformados e Pensionistas do Núcleo de Lisboa Ocidental. Boa noite a todos.

Pedia ao Sr. Presidente da Mesa que, de futuro, conseguíssemos começar as reuniões um bocadinho mais cedo, porque todos os anos, nas últimas Assembleias, nunca se conseguia começar as reuniões a horas. Nós estamos aqui às nove horas, e portanto, nós pedíamos, se possível, para começar com um *delay* de cinco, dez minutos, mas um bocadinho mais cedo do que o que começou esta Assembleia.

Eu vou deixar-vos um papel. Aquilo que nós temos a dizer é que, essencialmente, no controlo de tráfego no âmbito das obras que têm sido feitas na freguesia, a Rua Gonçalo Velho Cabral não foi contemplada, temos situações de velocidade excessiva de alguns veículos que passam naquela rua. Era preciso pôr lombas, ou estudar outra solução, mas a Rua Gonçalo Velho Cabral precisa de ser intervencionada.

Outra situação é a acumulação de lixo nos vidrões. Recomenda-se, ou haverá talvez outra solução, mas um montante de coima aplicável, bem merecida, etc., e alguma fiscalização, porque os resíduos na freguesia estão a aumentar impressionantemente.

Agora, também temos o problema da iluminação no espaço da via pública, na Rua Luís Pedroso de Barros, e o pedido de utilização do espaço por várias associações, famílias de doentes, idosos ou crónicas que, por exemplo, estão neste caso grupos de ajuda mútua ligados à área, uma associação de apoios a doentes com experiência em doença mental nesta freguesia, e que está a ser patrocinado por outras freguesias. Portanto, há outros concelhos – por exemplo, Benfica e Oeiras – que proporcionam esses espaços.

Só para finalizar, e apesar de isto não estar no documento que vos vou apresentar, é a questão do trânsito da Rua Tristão Vaz para a Gonçalves Zarco. Os passeios alargaram de tal maneira, há estacionamento que começa nas curvas, e quando nós fazemos a curva, não temos visibilidade nenhuma, e temos que ir para a via pública, e se vier outro nas mesmas condições, a situação do trânsito é extremamente difícil. E também o estacionamento ali ao pé do Continente, que está um caos. Não sei como é que isso se resolve, mas alguém saberá e poderá tomar medidas.

Muito obrigada pela vossa atenção.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Enfim, em relação aos nossos trabalhos, que é aquilo que me diz respeito, obviamente concordar consigo, e dizer só que, no entanto, enfim, ao começarmos depois, penso que estamos a cumprir uma disposição legal, porque diz a Lei que a reunião começa às nove, e às nove cá estávamos, mas que não estando verificado quórum nessa hora, se realizará meia hora depois. E portanto, é isso que procurámos fazer e cumprir, e assim será. Por mim, irá ter a minha disponibilidade, assumirei esse compromisso de estar presente à hora a que está previsto o início da sessão, como estava hoje – de resto, chegámos ao mesmo tempo. Portanto, assim será.

Pergunto se há mais alguém do público que queira intervir na nossa sessão. Não havendo mais nenhuma intervenção do público, pergunto, obviamente, ao Executivo, e designadamente ao Sr. Presidente, se quer fazer algum comentário em relação a estas intervenções que foram feitas. Sr. Presidente, tem a palavra.

Presidente do Executivo: Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia de Freguesia, estimado público.

Vou aqui responder aos cidadãos que colocaram questões, e começo pelo Sr. Pedro Gomes, que presumo que é dos órgãos sociais – não sei a função que ocupa, mas dos órgãos sociais do Clube Sportivo Pedrouços. O Sr. Pedro Gomes falou aqui de vários factos, a situação é mais ou menos essa, mas quem não conheça a situação, até podia deixar cair uma lágrima.

Bem, vamos lá ver se nos entendemos: isto foi há oito anos, que a Junta de Freguesia fez uma obra profunda numa instalação da Câmara Municipal que está afetada ao uso do Clube Sportivo Pedrouços, que não utilizavam há anos. Estava toda estragada, cheia de ratos, e era até um perigo para a saúde pública, para as pessoas que vivem naquela área. Fizemos um acordo com a instituição, com o clube, em que houve interesse mútuo nesse acordo. Depois, tudo correu mais ou menos bem, tem corrido bem, até aos últimos tempos. Vamos lá ver: durante a vigência desse acordo, houve sempre algumas trapalhadas, mas pronto, as coisas iam, iam, iam, depois lá se chegava a um consenso. Mas, aqui quero já relatar pormenores, para verem como é que as coisas são, senão fica tudo aqui a chorar, com pena.

Primeiro que tudo, eu não sou caloteiro, nem tenho dívidas à Segurança Social. E por isso, não disse que não lhe pagávamos. E estive a falar com o Sr. Presidente do Conselho Fiscal, que é uma pessoa que estimo bastante – e não sou obrigado a responder a qualquer pessoa, era só mais o que faltava; eu falo com os Presidentes da Direção, do Conselho Fiscal, isto não é o PREC, já foi o 25 de novembro. De maneira que eu, nessa altura, não disse que não pagava; quer falar, só que não posso neste momento, porque tenho coisas mais importantes para resolver. E portanto, eu disse que os receberia a meio do mês de janeiro. Vamos muito a tempo, a meio do mês de janeiro, aceitei recebê-lo. A minha agenda não tem permitido recebê-lo mais cedo, e terei muito prazer em recebê-lo, como recebo toda a gente. Aliás, para mim as coletividades são fundamentais, como tenho dito sempre, e não posso deixar de dizer: até hoje, nenhuma coletividade – até hoje – se deixou partidarizar, desde que eu sou

Presidente da Junta. Estou a ver com alguma apreensão, e tenho indícios disso, de uma coletividade, neste momento, estar a ter a tentação, devido a atos de muito pouco bom senso de alguns dos seus membros, que publicamente passam a vida a ofender a Junta de Freguesia de Belém e alguns dos seus dirigentes. Isto é público, no *Facebook*, e não só. Portanto, nós não somos obrigados a receber, nomeadamente quem é mal educado.

Mas, de qualquer forma, só lhes quero dizer o seguinte: o acordo tem sido cumprido por todas as partes, só que da última vez, quando foi para apresentar as contas, da última vez que vieram as contas, estavam todas encarquilhadas. E como nós somos gestores de dinheiros públicos, nós não podemos pagar dinheiro do Estado Português de uma forma leviana, na medida em que entregam os papéis, que estavam todos cheios de erros, e isto aplica-se, quer ao arraial (despesas com o arraial), quer às despesas da Loja Solidária. E de imediato, foi verificado pela pessoa do Pedrouços que lá estava, que levou aquilo para reformular. Entretanto, estes assuntos têm sido sempre tratados pelo Dr. João Carvalhosa, que é o Tesoureiro, e desde sempre foi ele que tratou estas situações. Portanto, não tinha que ser eu a receber o Pedrouços para uma situação dessas; era o membro do Executivo, que é o Dr. João Carvalhosa, que tem tratado sempre desses assuntos. Portanto, o que eu vos disse, o Dr. João Carvalhosa estava a tratar disso, e até, salvo erro, os do arraial já foram, ou ontem, ou hoje, pagos. Portanto, isso do arraial está resolvido.

Quanto à Loja Solidária, entendi como um ato pouco amistoso, mas pronto, vale o que vale, felizmente temos alternativas. Agora, de qualquer forma, o que eu lhes quero dizer é que nós estamos disponíveis, como é evidente – aliás, nós vamos cumprir, nunca deixámos de pagar a uma coletividade, que nos merecem o máximo de respeito, fazemos contas com elas. Eu só os poderei receber a meio do mês de janeiro, mas, entretanto, há pessoas que estão a tratar do assunto – a Junta de Freguesia não é só o Presidente; há mais pessoas, e nomeadamente também do Executivo – aliás, tenho aqui ao meu lado o novo Vogal das Coletividades também, o Dr. João Carvalhosa é o Tesoureiro, e estamos a tratar do assunto.

Agora, do que eu quero que fique bem ciente é que nós não temos, nem podemos – ainda por cima acabámos de sair de uma auditoria do Tribunal de Contas, em que com muito positivismo nos portámos bem, segundo o Tribunal de Contas, pelo menos estamos em conformidade com as linhas gerais, o que é bastante bom. E portanto, não podemos pegar no dinheiro e pagar de uma forma leviana, trazem-nos um papel e “paguem isto”, e nós depois estamos a ver claramente que está cheio de erros. Não estou a dizer que seja premeditado, que seja má fé, ou que haja intenção de enganar alguém, mas pronto, se calhar têm pouca formação na matéria. Mas isso, nós estamos disponíveis para, em conjunto, chegarmos a um consenso, como temos feito todos os anos.

De qualquer forma, se há espaço para falar, eu passava ao Dr. João Carvalhosa. Vou pedir autorização ao Sr. Presidente, se o Dr. João Carvalhosa pode completar isto de uma forma mais minuciosa, com os números. Dr. João Carvalhosa, se faz favor.

João Carvalhosa (Vogal): Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa noite a todos, neste novo mandato. Em primeiro lugar, também saudar o Pedro Gomes, que já foi candidato aqui pelo Partido Socialista à Junta de Freguesia, e agora é assessor de uma Secretária de Estado do nosso Governo; não sei onde é que estás agora. E já agora Pedro, isto é uma Assembleia: o público faz perguntas e o Executivo responde, e depois respeitamo-nos mutuamente um ao outro. Talvez fosse bom começar por aí. Farás o teu papel.

Começar por dizer que a Junta de Freguesia, ao longo destes oito anos, sempre honrou os compromissos com o Pedrouços. E não é verdade aquilo que o Pedro disse aqui, que nós não reunimos com o Pedrouços. Eu reúno várias vezes com o Presidente do Pedrouços. E o Carlos não veio, não sei por quê, porque é o Presidente – claro que não pôde, ele à noite tem imensas coisas para fazer, não veio – porque se ele estivesse aqui, não conseguiria com certeza desmentir as várias vezes que reuniu comigo desde o fim das férias – as várias vezes. Não foi uma, nem duas; foram várias vezes. Eu não sei a que é que se refere com “encontrar na paragem”, porque eu nunca encontrei o Carlos Jesus na paragem. Nunca encontrei, para já não costumo andar de autocarro, gostaria muito, se tivesse uma rede de transportes boa, mas infelizmente não temos. E depois, nunca encontrei o Carlos Jesus na paragem. Não sei se te referes a qualquer outra reunião que o Carlos Jesus teve com outra pessoa, mas não é comigo. As vezes que eu reuni com o Presidente do Grupo Sportivo Pedrouços foram no meu gabinete. No meu gabinete, e até lhe digo as horas em que costumam acontecer essas reuniões: são às sete da tarde, que é quando o Carlos sai do trabalho, e eu também tenho mais disponibilidade para estarmos os dois a falar. Portanto, reuni várias vezes com o Carlos Jesus, Presidente do Clube Sportivo Pedrouços, nos últimos meses. Portanto, não é verdade que o Pedrouços não reúne connosco, ou que nós não reunimos sobre este assunto.

Em segundo lugar, como as coisas funcionam – já agora, para todos os membros saberem, em termos de acerto de contas – quando o Pedrouços entende, nós não temos até nenhum – não deve estar no protocolo, mas julgo que ninguém liga muito a isso, mas é quando o Pedrouços – geralmente é de seis em seis meses, ou mais tempo – vem ter connosco e diz “estão aqui as contas da água e da eletricidade”. E nós analisamos as contas, e eu tenho aqui as contas que me são apresentadas pelo Pedrouços, que são escritas pela mão do vosso Tesoureiro (Ernesto). E o que é que se passa? Nesta reunião, a primeira das últimas, foi em julho de 2017, em que o Pedrouços traz as contas – isto é o que também está acordado, traz as contas com as faturas, porque nós temos, obviamente, que justificar perante quem nos pergunte estas questões – e traz as contas com as faturas. O que é que se passou desta vez? Aliás, não foi a primeira vez, isto acontece com frequência. As faturas vinham só – nós sabemos, todos recebemos faturas em casa, têm um lado inverso; e as faturas vinham só com um lado. E eu disse ao Carlos: “Carlos, como sabes, eu preciso de ver o outro lado para ver as coisas, porque senão não tenho informação suficiente para avaliar se aquilo que me estão a apresentar é certo ou errado.” E o Carlos volta para trás, e, entretanto, estamos a falar de final de julho, naturalmente em agosto estive de férias (peço desculpa), retomamos as conversas em setembro, em que ele ainda não tinha

enviado as coisas. Portanto, ao Carlos, volto a ligar-lhe e digo: “Carlos, ainda não enviaste as coisas.” “Pois não, vou já enviar.” E enviou. Enviou, lá marcámos uma reunião – mais uma, aliás – para rever novamente as contas, e o Pedrouços, através do Carlos – que, coitado, acho que não tem culpa nenhuma disto – apresenta-nos, de facto, esta folha que está aqui – que já está aqui com alguns rabiscos meus, mas que pode passar pelos Srs. Membros da Assembleia. E reparem, o que é que nós fazemos? O que está combinado, nós temos um contador de eletricidade parcial nas instalações da Loja Solidária, e um contador de água. Portanto, a eletricidade vem do quadro principal do Clube Sportivo Pedrouços para a Loja Solidária, e no meio, antes de chegar ao nosso quadro, tem um contador, neste caso de eletricidade, e outro contador para a água. Portanto, nós sabemos exatamente – aliás, mais, não somos sequer nós que vamos lá ver o que é que está lá escrito em números; é o Pedrouços. É o Pedrouços que vai lá ver e diz, neste caso, que estavam lá, em 15 de julho de 2017, 9.632,10 kW, de acordo com o Tesoureiro Ernesto. E portanto, o que nós fazemos, como sempre fizemos – aliás, até estão aqui as cópias – é quanto é que está naquele momento, e quanto é que estava da última vez que se pagou, e o diferencial. E é isto que se faz, é o diferencial que está nos contadores, e nós pagamos o diferencial. Bem, acontece que o diferencial está aqui, 2.493 kW/h que a Loja Solidária consumiu nestes seis meses, ou sete meses, entre 15 de julho e 13 de dezembro de 2016 – está aqui, são vocês que dizem, não somos nós. O problema a seguir é quando dizem assim: é que o kW/h que nos estão a querer cobrar é de 0,385€, escrito por vocês. E qual o meu espanto quando eu abro a fatura, e vou ver quanto é que a EDP está a cobrar por kW/hora ao Pedrouços. Reparem, o que está escrito é 0,385€, e na fatura da EDP está escrito 0,1659€. Ou seja, o Pedrouços está a cobrar-nos a eletricidade que nós consumimos quase ao dobro daquilo que paga à EDP. Está aqui escrito; se quer uma cópia, eu dou-lhe uma cópia. Ainda bem que tem, então. Posso dar uma cópia a todos os membros da Assembleia para perceberem isto. E portanto, eu friso, à frente do Carlos, aliás: “Carlos, está mal, estão aqui os valores”, tal e tal, e está aqui o valor final.

Na taxa da água, curiosamente fizeram ao contrário. Vejam lá que a Junta de Freguesia é tão má, e é tão desleal para com o Pedrouços, que na taxa da água estavam aqui a cobrar-nos por metro cúbico de água 1,396€, e eu alertei o Carlos a dizer: “Atenção, Carlos, isto está mal, porque o valor real são 2,79€. Portanto, estás aqui a cobrar-nos menos água.” Vejam lá a deslealdade que nós temos para com o Pedrouços.

Resumindo, este “para lá e para cá”, e portanto, o que nós pedimos é sempre, enfim, se faz favor, o pedido de “cobrança” com o valor certo acordado. Portanto, este pedido chega-nos em novembro. Chega-nos em novembro – estamos a falar de julho a novembro. Portanto, acho que sobre a Loja Solidária, estamos falados. Eu só gostaria de dizer-lhe, só para esclarecer também, que, de facto, neste momento, a única máquina industrial – e que funciona a metade, porque nós desligámos metade das resistências – a única máquina industrial que existe é uma máquina de secar, e que funciona a metade da sua capacidade; já não existem lá outras máquinas industriais no Pedrouços. E portanto, até o nosso consumo, de facto, diminuiu, porque a máquina de lavar avariou-se, a máquina

industrial doada pela Cruz Vermelha avariou-se, não compensava arranjar, e nós arranjámos máquinas iguais àquelas todas que nós temos em casa, que também, como todos nós sabemos, consomem muito menos do que uma máquina industrial. Portanto, neste momento, é a única máquina industrial que existe.

Portanto, eu já disse várias vezes ao Carlos, do Pedrouços, que acha que devem verificar se existe algum problema na rede elétrica do Pedrouços, e se existe algum fator que esteja a cobrar demasiado. Eu vou explicar-vos por quê: é porque nós já fizemos esse trabalho, e nós já mandámos lá uma empresa de eletricidade, especialista em eletricidade, verificar se está tudo bem, se as nossas contagens estão todas bem. E a resposta que tivemos foi que estão. E eu disse: “Eu não quero só essa resposta. Vocês vão, se faz favor, colocar lá um segundo contador paralelo, para confirmar se o contador que está lá a contar está correto.” Portanto, como vê, caro Pedro, nós não temos nenhum problema, nós já pagámos vários valores diferentes da Loja Solidária, sempre em concordância com o que o Pedrouços nos apresentou. Portanto, não temos problema rigorosamente nenhum em pagar aquilo que consumimos. Sempre o fizemos, sempre o faremos. Portanto, acho que esta questão está esclarecida.

Para terminar, as questões do arraial, que também foram tratadas por mim, é mais ou menos um cenário parecido, porque a carta, quando dizem que o arraial não foi pago – vocês não podem responder, mas eu respondo por vocês, e depois podem responder mais tarde, dizer se é mentira, podem vir na próxima Assembleia dizer: “O que o senhor disse é mentira.” Então, a carta final, depois dos acertos de contas todos – e lá está, depois de chegarmos ao valor final, finalmente, que é o valor correto – chegou-nos também em novembro, quando o arraial foi em junho. E também para as pessoas perceberem, porque não estão dentro do esquema de como é que funciona desde sempre com o Pedrouços – e o Nuno também está aqui, também é de uma coletividade, não me deixa também mentir sobre este assunto: a Junta comparticipa para o arraial com várias parcelas do arraial: comparticipa com obras no Clube Sportivo Pedrouços todos os anos, comparticipa pagando as cozinheiras e os assadores do arraial, é a Junta que paga a eletricidade e a água do arraial, é a Junta que paga a segurança do arraial – portanto, a Junta paga isto tudo. E por que é que isto, muitas vezes, não é pago logo – aliás, nunca é pago, apesar de o arraial ser em julho, agosto ou setembro? Por uma razão muito simples: é porque, como todos nós sabemos também, as contas da água e da eletricidade vêm apenas cerca de um mês depois do que aquilo que foi consumido, mas esse mês depois apanha o meio do mês de agosto. A partir daí é que nos começam a trazer as contas, a dizer que as contas finais para pagar são estas. E portanto, é natural – e nós até já sugerimos isso, que é: deixem lá a água e a eletricidade de parte, visto que as contas só vêm mais tarde, acertamos já as contas do resto, e depois vocês, quando vier a água e a eletricidade, trazem-nos os recibos e nós acertamos, então, esse valor. E o que é que nos é respondido da parte do Pedrouços, que é quem dá a cara pelas coletividades? “Não, não queremos, porque nós só vamos pagar às coletividades quando tivermos o resultado final total, e portanto, é-nos indiferente estarmos agora a ir com as faturas, ir agora receber isso, para depois receber a água e eletricidade.” E por nós, é como vocês quiserem. E portanto, por isso é que, mais uma vez, a carta final, com as contas finais do Pedrouços, entra

na Junta de Freguesia, neste caso, neste ano – porque não entra sempre na mesma altura – em novembro.

Eu peço desculpa por me ter alongado aqui na explicação, mas acho que é preciso. E mais uma vez, é assim: se eu disse aqui alguma coisa que não é verdade, os senhores são livres, na próxima Assembleia de Freguesia, de vir dizer: “Olhe, não falou a verdade nisto e naquilo.” Se alguém quiser cópia deste documento que o Pedrouços nos entregou, e cópia do documento que eu entreguei ao Presidente do Pedrouços, com as contas que fiz à frente dele, e que lhe pedi que corrigisse a carta da Loja Solidária, acho que não temos nenhum problema em entregar a qualquer um dos membros da Assembleia uma cópia destes documentos.

Deixem-me só terminar com uma questão sobre a Loja Solidária. A Loja Solidária desempenha um papel fundamental na freguesia, e a Junta e o Pedrouços, sempre tivemos esta consciência, ao longo destes oito anos, do papel importante social que a Loja tem. E sempre houve esta consciência por parte das duas entidades. Portanto, a Junta não tem particular interesse, nem gozo, em que a Loja saia daquele espaço. Se tiver que sair, porque o Pedrouços entenda não continuar ali, nós temos alternativas, ou encontramos alternativas, até porque como, com certeza, o Pedrouços também sabe, a Loja Solidária foi uma das primeiras Lojas Solidárias que existiram em Lisboa, e é considerada por todos um exemplo em Lisboa. E portanto, com certeza que se o Pedrouços não quiser continuar esta parceria, há, ou outras coletividades, ou a própria Câmara Municipal, que terá toda a disponibilidade para instalarmos a Loja Solidária noutro local, coisa que não é nossa intenção, não o queremos fazer, e portanto, estamos, como sempre, dispostos a falar com o Pedrouços, a explicar o que estivemos a explicar, com base em factos e em coisas concretas.

Muito obrigado.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Sr. Presidente, só para continuar, só quero dizer que quando ganhámos pela primeira vez as instalações aqui para a Junta de Freguesia, a primeira reunião que resolvemos fazer foi com as coletividades, até num dia em que havia um jogo de futebol muito importante, e foi engraçado, porque veio toda a gente, ninguém faltou. E uma das coisas que eu disse a toda a gente é que, não obstante, na altura, as forças políticas que tinham realmente ganho as eleições, o PSD e o CDS, na altura, não íamos partidarizar a Junta de Freguesia. E foi isso, porque é uma instituição do Estado. Mas, também não queríamos que as coletividades fossem partidarizadas, porque acho que é um crime partidarizar-se as coletividades. E mais, e digo sempre que as coletividades devem ter gente dos vários Partidos políticos, de várias sensibilidades, no âmbito dos seus órgãos diretivos. Agora, acho que é bastante triste assistir-se a alguns casos já de tentativas de partidarização de coletividades. Isso é dar cabo das mesmas.

Agora, neste caso concreto aqui, obviamente que nós, como entidade pública que prossegue o interesse público, temos que resolver as situações, vamos tentar ver

com o Pedrouços hipóteses de continuarmos lá com a Loja Solidária; se não têm a Loja Solidária, muito bem, vai-se para outro sítio, que já temos identificado. Se o arraial também não puder ser ali naquele sítio, também pode ir para outro sítio, nomeadamente para o Largo da Princesa, onde já foi vários anos. Agora, eu acho que aqui quem vai sair gravemente prejudicado é o Pedrouços, porque eu não sei o que é que os sócios vão dizer, isto é uma forma de o Pedrouços ter todos os anos obras naquele parque de diversões, o parque da Rua de Pedrouços. É evidente, nós não vamos lá fazer obras se não houver lá o arraial, como é lógico. E eu quero que isso fique bem ciente. Nós não achámos bonita esta declaração de chantagem, atirar assim uma carta para a frente, porque não estava fechado o diálogo, estávamos a conversar, o Dr. João Carvalhosa provou que estava a dialogar, a entidade própria, a Junta de Freguesia com o Pedrouços, temos aqui a prova disso. Eu não sou a Junta de Freguesia; eu sou o Presidente da Junta de Freguesia – isto funciona com mais gente. E por isso mesmo, não achámos bonito isso. E tive ocasião de dizer ao Sr. Presidente da Direção e do Conselho Fiscal que estavam a haver indícios claros – e sei por quê – de algumas forças políticas, pelo menos de algumas forças políticas, de partidizar o Clube Sportivo Pedrouços. E não tenho medo de dizer isto. E as pessoas riem-se, até vi fotografias a rirem-se, todos amigos, todos lado a lado, aos abraços. Portanto, acho que é muito triste essas forças políticas que perderam tentarem agora fazer chicana política através das coletividades. Mas isso, os sócios, com certeza, das vossas instituições também vão chamar-vos às responsabilidades. A nossa posição está identificada sobre essa matéria.

Quanto à Sra. D. Maria das Dores, sim senhor, falou aqui na Rua Gonçalo Velho Cabral, referente ao trânsito. A Rua Gonçalo Velho Cabral é uma rua que eu acho que não tem nada de especial, não precisa de obras neste momento, é uma rua do Restelo que conheço bem. Não percebo por que é que falam assim tanto da Rua Gonçalo Velho Cabral, porque é uma rua que, realmente, não tem grande perigo de trânsito que nós conheçamos. Repare uma coisa: já bem basta aquilo que estamos a fazer, que às vezes pode ser de alguma forma problemático. Eu próprio tive algumas dúvidas, na Avenida Ilha da Madeira, tirei essas dúvidas quando tivemos durante uma semana uma pessoa a ver a velocidade dos carros que passavam ali na Ilha da Madeira, e era aterrador, de cento e vinte a cento e quarenta quilómetros à hora. E por isso, foi isso que me fez avançarmos com essa obra, em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa. Mas, sempre com aquele receio de ser demais, porque ainda faltam umas tantas ilhas ainda, umas três ou quatro ilhas, na Ilha da Madeira e na Rua de Pedrouços, que ainda não começámos, estamos à espera de terminar o parque de estacionamento da EMEL, que está a avançar em força agora, para depois, então, irmos fazer lá isso, que temos que chamar a polícia, temos que pagar também, para se fazer as ilhas que faltam na Rua Ilha da Madeira, e fazer alguns arranjos, nomeadamente na Rua Tristão Vaz e na Rua Gonçalves Zarco, porque também não estamos contentes com aquela curva, vamos ver com as entidades competentes uma forma de corrigir aquilo. Mas independentemente disso, também há pessoas que vão estacionando o carro também já no cruzamento, e isso ainda dificulta mais. Mas, nós estamos conscientes de que aquilo não está muito bem feito, e estamos a ver isso, para atuarmos corretamente e com calma. Estamos a ver isso. Mas, não queremos continuar, continuamente, com obras; a ver se acabamos com

isso, para não demorar muito tempo. Como sabe, fomos um pouco obrigados a ir para este figurino porque havia empresas que estavam cartelizadas e estavam-nos a fazer orçamentos extrapolados, e tivemos que ir por outra modalidade para conseguirmos fazer essas obras, e não ceder aos interesses dessas grandes empresas que nos estavam a tentar chantagear.

Rua Luís Pedroso de Barros, falta de iluminação: infelizmente não é só nessa. Ainda hoje, ainda há bocado, passei ali por uma rua, que me estão sempre a falar nessa rua, e de facto, há vários problemas de iluminação neste momento aqui em Lisboa, de falta de iluminação. Como sabem, é uma competência da Câmara Municipal de Lisboa – não é “sacudir a água do capote”, mas vamos chamar as coisas como deve ser. E há dois problemas que eu sinto, neste momento, que a capital está a ter. Uma é o problema da iluminação. A iluminação está muito mal, praticamente em todo o sítio. Se repararem bem com atenção, olhem para as lâmpadas, ali em baixo naquela zona ribeirinha, e vejam os candeeiros, que geralmente têm umas catorze, quinze, dezasseis lâmpadas, geralmente estão com três ou quatro em cada um, tiram de umas e vão pôr nas outras, por haver falta de material. E alguns até estão sem nenhuma lâmpada já.

E é a questão da recolha do lixo. A questão da recolha do lixo está dramática, temos que falar com a Câmara, que isto não pode ser. A recolha do lixo, quando falo de recolha do lixo, falo dos carros a passarem, que não têm período certo e falham várias vezes, e também de falta de locais para as pessoas deixarem as coisas. Eu sou diariamente abordado, as pessoas falam comigo, julgam que o problema é nosso, e eu digo: “Olhe, tudo bem, mande-me isso para eu também fazer chegar à Câmara isso, para juntar ao nosso protesto.” Eu não estou aqui a fazer “polítiquice”, até tenho bastante apreço pelo Vice-Presidente da Câmara, que tem este pelouro, Dr. Duarte Cordeiro, e até temos discutido bastante algumas matérias, mas sinto que eles estão com dificuldades em cumprir os parâmetros normais de recolha do lixo, a Câmara não está a cumprir isso, e isso é dramático. E não falaram nisso, mas faltam também locais adequados, os que existem são só os vidrões, os poucos, ficam com tudo à volta, que não tem nada a ver com aquilo, e as pessoas também são pouco civilizadas. Mas, eles também dizem, nomeadamente dos restaurantes, onde é que hão de pôr as coisas. Os restaurantes vão diariamente, não podem esperar dois dias, ou três.

Portanto, são situações que existem, vamos ter que as corrigir, penso que a Câmara está a ficar consciente disso, que não está bem, que tem que mudar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

A regra é que cada pessoa intervém uma vez. Compreendo o seu interesse, mas tem que cumprir as regras. E de resto, antes de dar a palavra aos representantes dos Grupos que pediram – o Sr. Representante da CDU e depois a Bancada do Partido Socialista – antes de dar a palavra, queria só pedir, com toda a colaboração e simpatia, que na medida do possível, o Executivo também procurasse respeitar o tempo global de intervenção. É evidente que quando se

fazem perguntas, é para que se obtenham respostas, e por isso mesmo eu não cortei a palavra, nem estou a cortar, mas é obviamente desejável que se tivermos cinco minutos de perguntas, não tenhamos quinze minutos de respostas, porque temos uma longuíssima ordem de trabalhos, é do interesse de todos, a começar pelos responsáveis do Executivo e pelo Sr. Presidente, que consigamos cumprir esta agenda, porque eu nem sabia, estava aqui a aprofundar, pela leitura do Regimento – sem deixar de vos ouvir – e verifiquei que esta nossa sessão irá, no limite, até à meia noite. Portanto, com uma ordem de trabalhos tão longa, teremos que prosseguir.

Neste mesmo ponto e neste mesmo assunto, iria dar a palavra aos representantes dos Grupos que pediram – em primeiro lugar à CDU, e depois ao Partido Socialista, e depois, se quiser, no período de antes da ordem do dia, o Presidente voltará a falar, como é evidente.

Faça favor.

Nuno Esteves (CDU): Muito obrigado, Sr. Presidente. Antes de mais, queria dar as boas noites a todos os presentes aqui nesta Assembleia.

Eu queria falar sobre a Loja Solidária, e queria fazer um apelo ao Sr. Presidente, que resolvesse este assunto rapidamente, porque sabe perfeitamente que as coletividades sobrevivem com subsídios da Junta e outros apoios, e são importantes nas massas da freguesia e no movimento associativo. E já agora, queria pedir, se fosse possível, para facultar o tal protocolo e tudo o que foi feito até aqui.

Era só isto. Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Teresa Almeida.

Teresa Almeida (PS): Boa noite, Sr. Presidente, Bancada, membros da Assembleia, membros da Junta de Freguesia, e também a todos os presentes.

A minha intervenção é muito curta. Registamos com alguma preocupação aquilo que foi aqui trazido a público, e vamos com certeza também querer inteirar-nos do que está em causa. Mas, essencialmente é um protesto, um protesto pela forma como o Sr. Presidente da Junta de Freguesia usa terminologia moralista e antidemocrática relativamente aos Partidos, e eu gostava de ter depois um registo da ata para poder analisar bem as palavras que proferiu, e esta forma de uma acusação, que eu não percebi qual era, das forças que perderam as eleições, e que agora são vistas de braço dado – qualquer coisa deste género – com outras entidades, não percebi a que é que se queria referir. Eu faço parte de uma força que perdeu as eleições e não consigo atingir aquilo que foi dito. Aquilo que eu peço, efetivamente, é que depois me seja facultada uma ata escrita, que não seja só daqui a três meses, no mais curto espaço possível, para podermos analisar as palavras que o Sr. Presidente proferiu.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Mais alguma inscrição neste ponto?

Não havendo mais inscrições, passamos ao **Ponto n.º 2**, que nalguma medida, e excepcionando o facto de que já intervieram na continuação deste ponto, que é o Período de antes da ordem do dia, pergunto, o Sr. Presidente fez-me sinal já de que queria usar da palavra neste ponto, do período de antes da ordem do dia, e agora já restrito à Assembleia. Tem a palavra o Sr. Presidente. Se alguém mais quiser usar da palavra neste ponto, obviamente que terá que fazer sinal à Mesa.

E esclarecer, enfim, que eu vou tomar nota da questão que levanta, da ata, e procurar que ela seja – informava-me há pouco o Executivo que ela normalmente está disponível na Junta, e que toda a sessão é gravada, e portanto, procuraremos que seja tão breve quanto possível, sendo que, como imagina, eu próprio não me posso responsabilizar por começar a transcrição de imediato. Já fiz há muitos anos, já há muitos anos que transcrevi atas, mas foi na Assembleia da República, e eu era estudante na Faculdade de Direito naquela altura. Não garanto essa transcrição agora, mas vou procurar que ela seja o mais breve possível.

Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia.

É só para dizer uma informação, que eu acho que é do interesse de todos. Tivemos no sábado – durante o ano de 2017, durante todo o ano, uma auditoria do Tribunal de Contas na Junta de Freguesia de Belém. Foi muito duro, porque isso para nós foi uma grande limitação, para o nosso trabalho, porque ainda por cima nem temos instalações em condições, tiveram que estar numa sala de reuniões, no Salão Nobre, e nós, com todas as limitações com que tivemos que trabalhar durante um ano inteiro. E acabámos de receber o relatório do contraditório final, e portanto, está em segredo da justiça, não vou entrar em pormenores, nem pouco, mais ou menos, não posso nem devo, mas é só para lhes dizer que está a acontecer, temos agora um prazo para responder, mas que de uma forma global, tenho algum orgulho em dizer que, de facto, foi considerado, na sua globalidade, em conformidade, tudo o que foi averiguado pelo Tribunal de Contas – há sempre pequenas irregularidades administrativas, algumas desconformidades que não impediram que fosse considerado tudo estar em conformidade. Estamos neste momento em comunicação com o Tribunal de Contas, e não queria deixar de vos dizer isto. Não posso dizer mais nada, está em segredo de justiça, mas de qualquer forma, só para dizer que isto está a andar, foi um ano inteiro, mas depois, em breve, quando estiver o assunto completamente encerrado, nessa altura, então, terão informações.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Obrigado. Não sei se há mais alguma intervenção neste ponto da ordem de trabalhos.

Não havendo mais intervenções, passamos ao **Ponto n.º 3**, que é a Aprovação da ata da sessão de 1 de setembro de 2017.

Decorreram até já mais do que os três meses, ela estará elaborada e disponível, e do conhecimento designadamente de todos que a quiseram consultar, não haverá dúvidas sobre isso. E portanto, passo à votação.

Faça favor.

José Matos Rosa (PSD): Eu tenho uma pequena dúvida, porque ao ler a ata, na pág. 23 da ata, nós temos – é só um pormenor, porque se esta é uma aprovação em minuta na própria ata, consta na parte final, em que diz *“Presidente da Mesa: Ora, vamos votar a ata em minuta. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém?”* Eu só perguntava se esta aprovação em minuta foi de deliberações diversas que foram tomadas, e que é normal em qualquer Assembleia aprovar-se alguns assuntos em minuta, se é propriamente a ata toda. Era só este pormenor, para podermos fechar este processo. Se me pudesse ajudar, agradecia.

Presidente da Mesa: A sua pergunta faz todo o sentido e é da maior relevância. Eu confesso que não lhe posso responder, porque nesta data não estava cá. E portanto, não estando cá e não fazendo parte da Assembleia, não posso responder. São só os assuntos sobre os pontos da ordem do dia? Portanto, está dado o esclarecimento, penso eu.

Estaremos em condições de aprovar, então, de votar e de sujeitar à aprovação esta mesma ata. Pergunto: quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Os restantes. A ata está aprovada, com quatro (4) abstenções.

Ponto n.º 4 da ordem de trabalhos, Apreciação e aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento, Norma de Execução Orçamental, GOP's – Plano de Atividades, PPI e PPA) e Mapa de Pessoal para 2018.

Está um prato substancial para esta nossa reunião. E vamos iniciar, então, a discussão dos documentos fundamentais, diria eu, para o funcionamento da Junta no próximo ano de 2018. E dava, obviamente e naturalmente, a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia para a sua apresentação. Faça favor.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia.

Cá estamos nós, nos termos regimentais, a fazer a apreciação e a aprovarmos os documentos previsionais, isto é, o Orçamento e o Plano de Atividades para o próximo ano.

Nós, a Junta, tivemos o cuidado de ouvir as forças políticas da Oposição sobre propostas para o Plano de Atividades. De uma forma geral, conseguimos acolher várias dessas propostas, o que acho que é bastante positivo, porque tentamos sempre criar o maior consenso possível nestas matérias de política autárquica. E posso-vos dizer que no Plano de Atividades acolhemos várias propostas, por

exemplo, do Partido Socialista, que podem ver, propostas no nosso Plano de Atividades, nomeadamente a recuperação do Terreiro das Missas, na pág. 20; podem considerar o apoio aos comerciantes, na dotação de comércio, na pág. 29, com a dinamização do comércio, ação social, apoio social às famílias mais carenciadas, essa pág. 29; o reforço das verbas para ação social, os Cabazes Solidários, pág. 5. Estamos a falar de medidas que estivemos a discutir com o Partido Socialista, porque achámos que podíamos também integrar – aliás, várias delas também já estavam nas nossas intenções. Diferenciação da tabela de taxas a aplicar aos comerciantes, consoante exerçam a sua atividade nas diferentes zonas da freguesia, para que possa estimular uma maior equidade – temos que analisar isto, ver se isso é possível, também junto com a Câmara, mas também fomos sensíveis a isso, na pág. 22. Na pág. 11, também pusemos a manutenção dos equipamentos educativos – aliás, como sabem, estamos neste momento com as escolas em obras, ainda hoje tive conhecimento de que começaram a fazer uma obra na Escola Secundária do Restelo, para meter a Escola dos Moinhos lá agora, sem me dizerem nada. Já lá estava a de Caselas, e o Jardim de Infância de Belém, e agora querem meter a dos Moinhos, e não nos tinham falado nada. Mas, isto cria problemas, porque a Junta devia ter sido avisada, e já lavrámos os nossos protestos junto da Câmara, para quando fizerem isso, nos avisarem antes.

Mais apoio para o desporto escolar está na pág. 11; o reforço das brigadas de limpeza, pág. 19; o reforço de verbas para manutenção de jardins e embelezamento de espaços públicos, pág. 21; a verba para abrir as instalações para oferecer melhores condições de trabalho aos funcionários da Junta, está na pág. 2; e a melhoria da informação aos fregueses, nomeadamente uma maior organização da informação do *site* da Junta de Freguesia, também na pág. 25 – temos que melhorar o *site* também, e o *Facebook*.

Quanto ao Partido Comunista, também fomos sensíveis, na pág. 19, a falar da questão da higiene urbana, tentarmos melhorar junto da Câmara – obviamente não é uma competência nossa, mas é o que eu digo, não basta só serem nossas competências, também temos que fazer alguma coisa junto de quem tem competências para resolver as situações, quando não são as nossas competências próprias. Tivemos essa preocupação, também é uma preocupação que nós temos, também na pág. 19. Também quanto à melhoria dos transportes, também na pág. 21, o Partido Comunista tinha também essa proposta, a melhoria dos transportes, a questão do Metro, providenciar o Metro, ou subterrâneo, ou de superfície, mas o Metro vir até Belém, até Algés, para esta zona, a zona ocidental de Lisboa. Foi uma das grandes batalhas, quer do CDS-PP, quer do PPD/PSD, e nós, aqui na Freguesia de Belém, também o fizemos. Haver melhores acessos à cidade, também pomos aí no nosso programa a necessidade de haver, por exemplo, uma carreira diretíssima para o Marquês de Pombal, que é uma grande falha. Já não falo para o Cais do Sodré, porque a Carreira 15 vai existir, direta, e está-se a tentar melhorar também esse circuito. Também quanto ao movimento associativo, também o PCP falou nisso, envolver mais jovens nas coletividades, a ligação da Junta às coletividades, criar mais atividades desportivas – são situações que nos preocupam também, e que nós estamos muito empenhados em melhorar, e portanto, também resolvemos pôr no Plano de Atividades.

Portanto, no meio disto tudo, as forças políticas aqui no Executivo resolveram falar com a Oposição – aliás, é nos termos da Lei, o Estatuto da Oposição – e de facto, achámos que devíamos acolher algumas dessas sugestões.

Este é eventualmente o último Orçamento que apresentamos segundo o POCAL, a 1 de janeiro entrará em vigor, como sabemos, o SNC-AP, e nessa data este Orçamento será transposto para esse sistema – incrivelmente ainda estamos hoje a ver o que é que isto vai dar. Seria mais lógico que aprovássemos o Orçamento já em SNC-AP, mas o Governo legislou de outra forma.

A receita, no apuramento dos valores a colocar na receita, seguiram-se as regras que constam do POCAL ainda. Tivemos o cuidado de este ano apresentar estes cálculos para melhor se compreender como se chega a estes números, como podem verificar nos vossos documentos. A receita prevista para o ano de 2018 é, ao contrário do que há bocado o senhor que estava ali a falar, o Pedro Gomes, dois milhões e tal, não é, é 4.757.814,03€. Obviamente que depois ainda vai ser superior. Algumas Juntas – que não vou aqui referir – estão a incorporar já no Orçamento os resultados transitados; nós achamos que não deve ser assim, deve ser só no mês de abril, depois de estarem aprovadas as contas, aí é que são incorporados os resultados, que, então, vão reforçar este Orçamento, de uma forma significativa. Portanto, há um incremento de 3,4% da receita, de 4.757.814,03€. Tem um incremento de cerca de 3,4% face aos 4.601.000€ que constavam do Orçamento inicial de 2017. Importa realçar que se prevê o crescimento da receita própria na ordem dos 4,7%, um valor acima da taxa de crescimento global da despesa. Portanto, a situação é estável – aliás, foi uma das coisas que também me deu um certo gozo, se querem que vos diga, que o Tribunal de Contas tenha dito que não obstante algumas pequenas desconformidades, que não foram suficientes para que não fosse considerado a freguesia estar em conformidade, mas que, de facto, a situação orçamental, financeira, patrimonial, é estável, e sempre esteve estável a Junta de Freguesia. Como devem calcular, é um grande elogio e um grande orgulho. Na receita, para uma melhor apreciação do Orçamento, apresentamos também um quadro comparativo entre os Orçamentos iniciais de 2017 e 2018.

Na despesa, o crescimento mais relevante é o da despesa com pessoal, que no global cresce 32%. A verba com o salário base do pessoal do Quadro (01.01.04.01), cresce 50%, que de alguma forma sintetiza as razões deste aumento: primeiro, mais pessoal no Quadro, cumprimos aquilo que tínhamos dito, vamos combater a precariedade, vamos tentando dar condições para que os nossos colaboradores, a pouco e pouco, possam ser integrados no Quadro – obviamente tem que ser sempre por concurso público, eles têm que concorrer, mas a maior parte deles são bons, senão não estavam cá. Têm que concorrer, têm que se cumprir os critérios, e depois de preenchidos os critérios, entram no Quadro. Têm sido concursos públicos, já fizemos dois, estamos no terceiro. Mais pessoal no Quadro, aumento do salário mínimo e progressões na carreira. Isto tem tudo contribuído para o aumento das despesas com pessoal. Naturalmente, este grande aumento da despesa com pessoal tem como referência a redução do peso dos restantes agregados principais, nomeadamente aquisições de serviços, e por aí fora.

Voltamos também a apresentar as normas regulamentares da execução do Orçamento. Este documento agrega as situações gerais relativas a operações de arrecadação de receita e à realização de despesas, ao movimento das operações de tesouraria e às respetivas operações de controlo e responsabilidades da autarquia, e atende aos mecanismos decorrentes da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA. É um documento que terá que ser adaptado no início do ano à nova Legislação.

Em conclusão, é um Orçamento que pretende ser rigoroso, com condicionantes já explicadas, e que constitui a afirmação financeira do Plano de Atividades. Não podemos terminar sem deixar de lembrar que o Orçamento que representa toda a atividade da Junta de Freguesia, pois muito se faz sem que para tal seja necessário despendar qualquer tipo de verba. E isso tem sido também um dos nossos cavalos de batalha, tentarmos otimizar os recursos que temos para levarmos a cabo as diferentes ações que nós levamos.

Portanto, de uma forma geral, era isto que vos queria transmitir, e por isso mesmo lhes peço a vossa aprovação para a aprovação, quer do Orçamento, quer do Plano de Atividades, porque estamos cientes de que isso é bom para a população de Belém, para Belém, para Lisboa, e por isso, é fundamental que isso seja aprovado nesta reunião, para que nós possamos depois tomar, na prática, a execução desta nossa política autárquica.

Muito obrigado, e era isso que vos queria pedir, a vossa compreensão e o vosso apoio.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Obrigado, Sr. Presidente, pelos esclarecimentos. PSD, Matos Rosa.

José Matos Rosa (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Da leitura dos vários documentos que nos foram chegando ao longo destes últimos dias, e também da explicação que o Sr. Presidente nos deu hoje aqui, presencialmente, a Bancada do PSD acha que os vários documentos – tanto o Orçamento, como as Grandes Opções do Plano, e no fundo, o Plano de Atividades – são documentos realistas, prudentes, rigorosos, que demonstram muita transparência e um grande equilíbrio, e que vão garantir, como dizem os próprios documentos que nos foram entregues, uma tesouraria saudável, uma manutenção de políticas de desenvolvimento saudável para a freguesia, e também uma continuidade dos projetos que a própria freguesia tinha em curso, e que é importante, sem deixar de aprovar e deixar de olhar para os momentos atuais.

Como disse, as Grandes Opções do Plano e Plano de Atividades integram propostas – e aí saudamos também o Executivo e o Sr. Presidente – em que essas propostas foram efetuadas por outras forças partidárias, e isso revela bem,

no fundo, o assumir também por parte do Executivo de boas propostas de outras forças partidárias, e no fundo, a participação de outras forças partidárias, que é muito saudável e salutar na prática democrática, e para mais nas freguesias, e que eu também saúdo as outras forças partidárias pelo esforço que fizeram em participar e em sugerir várias alterações, e também sugestões que foram assumidas pelo Executivo. E portanto, saudava tanto as forças partidárias, como o próprio Executivo, por terem feito essas propostas, e o Executivo por ter assumido as mesmas propostas.

E também saudava o Executivo pelas opções de continuidade, sem deixar de ter em atenção, como já referi, várias alterações, uma perspetiva do presente, daquilo que é necessário hoje, no presente, porque nos tempos que correm, aquilo que foi e que era ontem, hoje já é, se calhar, um pouco diferente, as coisas vão mudando, as necessidades da própria freguesia vão mudando, e portanto, vejo que a própria Junta de Freguesia, e o Executivo da Junta de Freguesia, está a par daquilo que são as grandes necessidades daqueles que habitam nesta Freguesia de Belém, e daquilo que são essas necessidades.

Portanto, queria saudar o Executivo pelos dois documentos, referindo que até na parte do que diz respeito à despesa, em que o que mais aumenta é a parte com pessoal, saudar a criação de uma estrutura da própria Junta para que possa, com uma maior proximidade, com uma maior rapidez, dar resposta às ansiedades e às necessidades daqueles que habitam nesta freguesia.

Portanto, nós vamos votar a favor dos dois documentos, não só porque fazemos parte da Junta de Freguesia, mas porque nos revemos nestes documentos, e achamos sinceramente que estes documentos estão a cumprir aquilo que foram os programas eleitorais, tanto do Partido Social Democrata, mas também das outras forças políticas, quando nós assumimos neste Orçamento várias propostas de outras forças políticas. E portanto, saúdo, cumprimento, dou os parabéns ao Executivo da Junta pela qualidade até do documento que nos apresentam, porque isso também é importante, porque a transparência destes documentos, a transparência das opções, é tão importante como as opções que estes documentos contêm.

Era isto, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Faça favor.

Presidente do Executivo: Dizer só o seguinte: além do Plano de Atividades, das Opções e do Orçamento, também estamos a aprovar o Mapa de Pessoal. E eu esqueci-me só de referir há bocado que, como veem, no Mapa de Pessoal estão aqui previstos, praticamente, em assistente operacional, mais cinco, isto é, aquela política de irmos tentando integrar nos Quadros pessoas que eventualmente estão em prestação de serviços, estão em situações mais precárias, nós estamos neste momento já a prever mais cinco lugares de Quadro, se hoje isto for aprovado, para pôr mais cinco pessoas que estão como assistentes operacionais, na parte do saneamento, na parte da higiene urbana, já depois com lugares no Quadro.

Portanto, desculpem lá, mas era só para dar esta informação.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Mais intervenções neste ponto da ordem de trabalhos sobre o Plano de Atividades e Orçamento? Duas inscrições do Partido Socialista. Peço desculpa, ainda não consegui fixar os nomes todos.

Fernanda Santos (PS): Fernanda Santos, do Partido Socialista. Queria cumprimentar a Mesa, o Sr. Presidente, o Executivo, os colegas de Bancada, todo o público aqui presente – hoje temos aqui uma sessão bastante participada, o que é sempre muito importante.

Relativamente ao Orçamento e ao Plano de Atividades que nos é aqui apresentado, foi-nos possível fazer uma apreciação sobre o mesmo, e desde já agradecemos muito, porque também se trata de uma inovação neste novo mandato, esta consulta aos outros Grupos, para que assim possamos participar, e acima de tudo discutir e partilhar as ideias. E portanto, todos nós vimos com muito agrado esta nova posição por parte do Executivo, e felicitamos o facto de ter acolhido algumas das iniciativas propostas pelo Partido Socialista.

No entanto, Sr. Presidente, temos ainda mais algumas notas para fazer, e eu especialmente iria debruçar-me sobre a questão da ação social, também aquela que é aqui destacada no Plano de Atividades logo em primeiro lugar, a seguir à organização, mas no que diz respeito à ação social. Aquilo que nos parece é que também estes planos devem ser feitos, até porque se trata de uma Junta e um Executivo que quer continuidade, e é muito importante que estes planos sejam assentes num diagnóstico, que se conheça efetivamente as necessidades, que se faça uma verdadeira avaliação do decurso destas atividades, que muitas delas, na sua grande parte, são também de continuidade. E isso, de facto, não verificamos. Sendo atividades de continuidade – e já tínhamos referido no mandato anterior – muitas vezes temos dificuldades em compreender o seu sucesso, não sabemos efetivamente qual é o número de participantes que estão envolvidos em muitas destas atividades, qual é que é a avaliação que os participantes fazem da mesma. É preciso dar mais algum detalhe sobre o decurso destas atividades. Sabemos que o programa de férias, por exemplo, é um sucesso, e é sempre muito bem acolhido pelas famílias da freguesia, e a própria atividade em si apresenta estes números aos pais, mas, por exemplo, falta depois uma maior partilha sobre esta informação com todos os fregueses para, de facto, ter uma melhor avaliação destas atividades. No que diz respeito às atividades sénior, por exemplo, não fazemos ideia de quantos são os participantes nestas atividades. Estas atividades fazem sentido? Existem por quê? A Assembleia gostaria de ter um conhecimento mais detalhado. Por que é que há esta proposta destas atividades? Há uma grande procura por parte dos fregueses? Qual é que é a razão na qual assentam as atividades, pela qual as atividades sénior assentam nestas atividades.

Depois, no que diz respeito ao atendimento social, consideramos que falta aqui alguma informação para percebermos melhor no que é que vai consistir este atendimento social. Digamos que aqui nesta parte há uma enumeração de serviços, mas não há um detalhe sobre o que é que envolvem estas atividades, ou estas ações. Algumas conhecemos da nossa experiência e da nossa vivência, mas, efetivamente, no Plano de Atividades, deve estar mais detalhado na descrição destas atividades, dos objetivos que se procuram atingir com as mesmas, porque é depois no final, mediante atingir, ou não, estes objetivos que se pode avaliar o sucesso das mesmas, e acima de tudo podemos depois verificar se o financiamento que foi alocado, e os dinheiros públicos que aqui foram investidos fizeram sentido, ou não.

Ainda relativamente à ação social, e no que diz respeito, destacaria a questão do voluntariado, que eu penso que, tal como nas atividades que referi anteriormente, estão enumeradas, mas muitas vezes não se percebe o que é que aqui está envolvido no Plano de Atividades. Esta é uma área importante, quer para os jovens, quer para os seniores que estão mais desocupados, e portanto, convém que estas atividades sejam mais sistematizadas na sua apresentação, e até que haja um maior cuidado do Executivo relativamente ao desenvolvimento das mesmas. Eu dou como exemplo o “Dê p’rá Troca”, que é sempre aqui referido nos vários Planos. Eu tive oportunidade de participar e de me envolver, e, de facto, não foi uma atividade muito bem sucedida: faltavam manuais – pelo menos nos anos em que os meus filhos estavam, no oitavo e no décimo segundo ano, só encontrámos um manual. Bem sei que isto depende da ação, mas aí está a capacidade que o Executivo possa ter para desenvolver estas atividades, e de envolver a comunidade no desenvolvimento das mesmas para que elas sejam um sucesso. Portanto, existirem, se as mesmas não servirem os fregueses, não faz muito sentido. E é responsabilidade do Executivo tomar as medidas para que sejam feitas e delineadas as estratégias para que as mesmas decorram da melhor maneira. Mas, isto dou a título de exemplo, porque tive oportunidade de participar. Relativamente às outras, de facto, não temos dados para que também as possamos avaliar. Mas, como estamos no início, eu penso que será altura agora para definir, então, as melhores estratégias para o sucesso das mesmas.

Relativamente à rede social, também a mesma situação. Não conseguimos perceber, por este Plano de Atividades, o que é que vai acontecer com a rede social, que atividades vai desenvolver mais especificamente, o que é que acontece com esta rede que é tão importante ter na freguesia.

E portanto, digamos que de uma forma geral, era esta a apreciação que eu faria do Plano de Atividades, sendo que verifiquei depois que no Orçamento, em relação a esta área social, de uma forma mais específica, temos o apoio às famílias carenciadas e as ofertas de ação social, sendo que há outras verbas que serão alocadas para estas áreas, certamente. Também não é fácil fazer este encontro entre as atividades e como é que são financiadas. Mas, gostaria também de ter algum esclarecimento relativamente à alteração que se verifica, positiva, nos apoios às famílias carenciadas, que passa de um orçamento de 10.000€, em 2017, passa para 40.000€ em 2018, o que vimos com agrado, mas depois temos as ofertas de ação social, que passam de um orçamento de 58.000€ - isto em

números redondos que estou a falar – em 2017, para 5.000€ em 2018. E portanto, gostaria de compreender melhor o que é que envolve estas áreas, quer seja o apoio às famílias carenciadas, o apoio especial às famílias carenciadas e ofertas e ação social, gostaria de perceber o que é que aqui está envolvido, e o que é que vai acontecer com esta transferência de verbas, em especial aquela que diminui de 58.000€ para 5.000€ em 2018.

E de uma forma geral, era este o comentário que queria fazer, dentro da área social, passando a palavra aos meus colegas.

Obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Faça favor.

Ana Coelho (PS): Ora, muito boa noite à Mesa, aos membros do Executivo, aos colegas das Bancadas dos diferentes Partidos e ao público.

Ora bem, vou concentrar-me um bocadinho mais nas atividades que têm a ver com a educação, e pegando na apreciação que a Fernanda Paredes fez relativamente às atividades de ação social, é exatamente aquilo que se passa relativamente às atividades de educação: não existe um número de utentes, não se percebe qual é o nível de sucesso, o que é que aconteceu no ano anterior e por que é que houve alterações, ou não houve alterações, em várias dessas atividades. Algumas também não estão bem explicadas, não se percebe muito bem a que é que dizem respeito.

Relativamente à questão do Orçamento, não é fácil perceber de onde provêm estas verbas, nomeadamente na área das receitas. Presumivelmente, haverá receitas que têm a ver com pagamentos feitos pelos utentes, e receitas que, por exemplo, terão a ver com os protocolos que são feitos com a Câmara Municipal de Lisboa. Não sei se seria possível esclarecer quais são as proveniências destas receitas. Estou a falar, por exemplo, no quadro que está na pág. 12. Existem verbas para as CAF's, umas que são DC-CAF's, outras que são só CAF's, eu não entendo estas abreviaturas que são usadas, não se consegue perceber muito bem.

Constata-se que há aqui uma frase, que ficámos muito agradados em ver nesta descrição deste Orçamento, que tem a ver com a grande preocupação social da freguesia, incluindo a área social e a área educativa. No entanto, também é fundamental fundamentar esta declaração, existe esta grande preocupação, mas em que é que ela se reflete, exatamente. Pareceu-me também não haver aqui assim uma sintonia com os valores que estão orçamentados, porque para este tipo de áreas – área social, área educativa – há várias rubricas para as quais se define um decréscimo na despesa para estas áreas. Portanto, gostaríamos de perceber a fundamentação para demonstração de que há, efetivamente, uma maior preocupação com as áreas sociais e com as áreas educativas na freguesia.

E pronto, é tudo. Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Se quiserem seguir o critério de ser sempre a mesma Bancada, tudo bem, mas eu acho que talvez fosse melhor alternarmos as intervenções. Não sei como é que preferem. Se não houvesse inconveniente, era melhor, até por um princípio de contraditório, ouvirmos de um lado e depois do outro, e íamos alternando. Se estivessem de acordo, falaria a seguir.

Tinha-me feito sinal há pouco, Diogo Henriques, do CDS. Faça favor.

Diogo Henriques (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente. Começo por saudar a si e à Mesa, e a todos os membros da Assembleia de Freguesia, ao Executivo e ao público presente.

Gostava também de começar por saudar a inclusão neste Plano de Atividades de vários eventos e ações que o CDS tem defendido, alguns deles nem estava à espera, neste momento, mas fico contente. Mas, por exemplo, na continuidade, e alguns diferentes, do foro social, e outros tão simples como a questão, para o próximo ano, da realização de uma Feira de Natal em Belém, que nós defendemos, e que me parece não só ser a altura apropriada para falar nisso, na freguesia apropriada, tem de existir essa feira, até porque ao contrário da própria autarquia municipal, da Câmara Municipal, eu penso que nós concordamos que é bom continuar a haver natal e chamar-lhe natal.

E vemos também que seria importante, Sr. Presidente, se calhar também conversarmos mais, porque penso que temos mais algumas ideias e algumas sugestões que eu penso que seriam importantes serem incluídas, ou trabalhadas ao longo deste ano, algumas sem necessidade de despesa e de inclusão em Plano de Atividades, como por exemplo, do Boletim Informativo, e agora, naquilo que vemos no novo Boletim *Info Mail*, eu penso que poderíamos tentar transformá-lo, ou pensar – e deixo à sua consideração, e à consideração de todos – um Boletim menos centrado nas atividades da Junta de Freguesia, e mais nas atividades na freguesia, um Boletim mais sobre tudo o que acontece na freguesia do que apenas as políticas públicas que, obviamente, os seus representantes eleitos, todos nós fazemos. E portanto, eu acho que isso seria interessante. Como por exemplo – e neste aspeto eu concordo com o que aqui foi dito, que seria interessante, eu penso que concordamos todos que para ter boas políticas públicas é preciso haver uma ideia de avaliação das políticas públicas. E nisso, eu concordo absolutamente com esta ideia, para sabermos a evolução até socioeconómica da freguesia, e do próprio esforço e aplicação do dinheiro público. Eu não tenho a certeza, Sr. Presidente, se um Plano de Atividades, que é um documento previsional, é o sítio indicado para o fazer. E esta proposta que aqui foi posta, eu penso que aqui não seria o sítio indicado para o fazer, num Plano de Atividades, mas talvez nas informações escritas, vir relatórios sobre os utentes, haver uma avaliação até de alguns serviços, como a biblioteca – não tem de ser só de âmbito social – eu penso que isso seria interessante, aos poucos, termos essa cultura de avaliação.

Depois, Sr. Presidente, vendo estes documentos que aqui temos, parece-nos que são prudentes e sensatos, nomeadamente na arrecadação de receitas, e isso parece-me digno de louvar. No entanto, temos algumas dúvidas que são, sem dúvida, por causa da nossa inexperiência, em conseguir ler estes documentos, e para as quais peço a vossa ajuda, para nos explicar, para nos iluminar um pouco, para percebermos um bocadinho aqui algumas mudanças. Por exemplo, o aumento nas comunicações, deve ter uma boa explicação, de 41.000€ para 75.000€; a diminuição na consultadoria contabilística, de 10.000€ para 1€; e o aumento – não correspondente, bastante inferior – da consultadoria de gestão, de 11.000€ para 14.000€. Eu confesso que também não faço ideia do que é que seja uma consultadoria desportiva, e por que é que agora já não precisamos dela.

Eu, em algumas outras questões que também aqui digo com toda a sinceridade, é por inexperiência, Sr. Presidente, se calhar desta Bancada, mas a questão do Mapa de Pessoal, eu penso que gostaria que fosse um bocadinho mais explicado. Eu percebo que além das questões a que somos obrigados por Lei, por via dos aumentos e das reposições, e obviamente que eu percebo esse aumento de custos, e obviamente a passagem – não é a entrada de pessoas para o Quadro, porque tem que passar por um concurso, mas o haver mais trabalhadores no Quadro do que numa situação precária, e penso que isso é uma questão de louvar, esse esforço que a Junta está a fazer. Mas, se calhar, seria um bocadinho interessante percebermos o número – não é só o número dos quadros que estão nos mapas; é também perceber quantas pessoas, de facto, trabalham, que lugares é que não estavam preenchidos, porque eu não consigo perceber se havia lugares, presumo que não estavam preenchidos e que passam a estar preenchidos, e além disso, aumentou o número de lugares a preencher, que serão providos por concurso, se não estou a perceber mal. Mas, em termos de pessoas, o que é que isso indica. No outro dia perguntaram-me, e disseram-me: “Já que estás na Junta, quantas pessoas é que trabalham para a Junta?” E eu não sabia, ainda não tinha recebido, e eu agora, não sei se posso dizer que são cento e sessenta e oito, porque não sei. Exatamente, e é essa a pergunta, é o que é que não está preenchido, quantos é que vão ser preenchidos. Além do mais, nós vemos que há aqui vários trabalhos de consultadoria, e eu gostava, se calhar, se não der muito trabalho, o Executivo nos explicar um bocadinho melhor a questão do Mapa de Pessoal.

Dito isto, sem dúvida que espero que perceba as nossas dúvidas, da nossa experiência de ler estes documentos. Vamos, com certeza, aprender a fazê-lo de forma mais eficaz.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. E agora vou acertar: Pedro Rodrigues.

Pedro Rodrigues (PS): Muito boa noite. Começaria também por cumprimentar a Mesa, o Sr. Presidente, cumprimentar o Executivo, as restantes Bancadas e o público. Partido Socialista, Pedro Rodrigues.

A nossa Bancada iria debruçar-se, neste caso, através do Plano de Atividades, sobre a higiene e o espaço público, e os espaços verdes, serão esses os três pontos que eu vou focar. E pedia, neste caso, um pedido de esclarecimento ao Executivo, porque nós temos algumas dúvidas, não só de fundamentação, mas as razões que levaram também ao elencar de alguns destes pontos que aqui estão presentes. Nomeadamente, começaria por falar na higiene urbana, a criação do novo Posto de Limpeza junto às piscinas, nós sabemos que já lá existe um Posto de Limpeza, e portanto, perceber se é uma ampliação, se é um novo projeto, enfim, e as razões pelas quais se está a pensar fazer esta tal criação do Posto de Limpeza. Era uma das dúvidas que o Grupo Parlamentar do PS tem sobre a questão da higiene urbana.

Sobre os espaços públicos, já vimos que foram aqui incluídos o iniciar dos trabalhos de reabilitação do Terreiro das Missas, que também saudamos, foi algo que já foi falado em Assembleias anteriores, e vemos que há aqui um conjunto de iniciativas sobre o espaço público que são efetivamente importantes. Temos uma dúvida também, em relação ao Jardim da Praça Afonso de Albuquerque, o que é que se pretende, uma vez que já lá existe um jardim, a Praça Afonso de Albuquerque tem um jardim, em frente ao Palácio de Belém, e portanto, não sei a que se refere aqui este propor à Câmara Municipal de Lisboa uma obra nunca feita no jardim, não conseguimos perceber o que é que a Junta pretende neste sentido. E vimos que, nos espaços verdes, existem aqui alguns dois ou três pontos – neste caso só um ponto sobre a requalificação dos jardins, que estão bastante degradados, já tínhamos feito notar isso à Junta de Freguesia, que é o Jardim Pulido Garcia. E efetivamente, estas dúvidas que nós temos, que depois são um bocadinho mais até acentuadas, porque quando olhamos para o Mapa de Despesa, percebemos que nos pontos referentes precisamente à conservação de áreas ajardinadas, há um decréscimo de 7%, mas em relação, depois, a outros equipamentos, nomeadamente espaço público, há um decréscimo de 53%. E portanto, eu gostaria de perguntar onde é que, por exemplo, se inclui a rubrica da reabilitação do Terreiro das Missas, qual é a rubrica onde está previsto este novo edifício do novo Posto de Limpeza. Quer dizer, não consigo entender, talvez seja também por inexperiência nossa – e com certeza minha, porque não sou da área da gestão, sou arquiteto, não consigo ter essa perceção, mas não tenho, de facto, depois de ver a redução substancial, em muitas das rubricas na ordem dos 50%, no caso da conservação do mobiliário urbano, 100% de redução, conservação de parques infantis, menos 92%. Quer dizer, olhando para estas rubricas, dá-me a sensação que há um claro desinvestimento nestas três grandes áreas. E portanto, não consigo depois perceber, enfim, como é que há tanta atividade que se quer propor, ou alguma atividade na componente da higiene urbana e do espaço público, e nos espaços verdes, e depois, no fundo, há uma redução substancial destes valores, que eventualmente estarão aqui incluídos. Mas, eram estes pontos que nós gostaríamos que o Executivo nos esclarecesse, porque na realidade, se formos ver aqui na pág. 18 do relatório do Orçamento, enfim, quando falamos de áreas ajardinadas, ou conservação de escolas do 1.º ciclo e pré-escolar, estamos a falar de uma redução de 64%, onde o valor neste Orçamento para 2018 é só de 5.000€. Achamos que, de facto, há aqui qualquer coisa de desequilíbrio, ou então estou a ver mal, e todas estas rubricas que estão previstas para estes pontos que estão aqui elencados, higiene urbana e espaço

público, e nos espaços verdes, estão fragmentados, segundo uma lógica que eu não consigo entender. Era esse o esclarecimento que nós queríamos ter sobre esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Arquiteto. Teresa Almeida.

Teresa Almeida (PS): Ora, eu também gostava de ter aqui uma apreciação que infelizmente, não é tão entusiasta como aqui da nossa Bancada, sobre esta proposta de Orçamento, que é de referir que, efetivamente, pela primeira vez, fomos ouvidos na proposta de Orçamento, entregámos um documento e houve alguma preocupação de incluir, e de perceber também os pontos de vista que nós transmitimos, consideramos nós que de uma forma positiva, e que são contributos.

Aquilo que eu gostava de perceber, também se nos pudesse ser esclarecido, relativamente às receitas, no quadro que nos apresentam na pág. 8, nós percebemos que há aqui – e aqui, a análise é de 2017, e daquilo que se passa em 2017, vamos conseguindo entender as propostas que estarão a ser feitas para o ano de 2018, e percebemos que durante o ano de 2017, foram a ocupação de via pública, as coimas e penalidades, e as instituições sem fins lucrativos – que não sabemos o que é que isto significa – que deram aqui um grande incremento às receitas da Junta de Freguesia. Em contrapartida, os mercados e feiras, o CAF, a natação e os outros serviços desportivos ficaram muito aquém daquilo que era a previsão de arrecadação de receita por parte da Junta. E gostávamos de perceber o que é que se está a passar, nomeadamente nos mercados e feiras, o que é que se passa para que haja uma receita menor, alguma situação estrutural que esteja a acontecer e que leve a esta diminuição, e também a natação. No ano de 2016 houve menos 87.000€ de receita, passou-se para 456.000€ em 2017, e agora vem um novo otimismo, de passar para 542.000€. Portanto, gostávamos de perceber o que é que se passou neste ano de 2017, e o que é que justifica voltar a alocar uma verba mais significativa no ano de 2018, se há uma compreensão do que é que aconteceu, e agora, havendo alteração das condições em que foram prestados, poderá, então, haver novamente uma melhor receita.

Também há aqui uma referência, uma menor arrecadação do Imposto Municipal sobre Imóveis, e na parte escrita é-nos dito que está registada essa situação, mas dizem que não têm explicações para o facto. Acho que era importante que junto das Finanças, ou junto da Câmara – é um imposto municipal, e portanto, será a Câmara, mas penso que são as Finanças que arrecadam – que se percebesse, porque a freguesia, penso que não diminuiu o valor dos imóveis, antes pelo contrário, aumentou, também não houve edifícios demolidos, e portanto, o que é que se passou para que esta receita, que diminuiu muito significativamente – 52.000€ em 2016, para 28.000€ em 2017, mas agora volta outra vez a haver uma previsão com outro alcance, de 41.000€. Também gostávamos de perceber o que é que se está a passar, e qual é a justificação para estas disparidades de valores.

Gostava de referir a questão do Terreiro das Missas. Apesar de estar cá na pág. 20, para mim não é significativo, porque diz "iniciar os trabalhos"; iniciar os trabalhos, para mim, que sou arquiteta, não corresponde a nada em concreto. Portanto, não sabemos se é o projeto, há um projeto da Câmara que porventura não é bem projeto, é mais um estudo prévio, se isto quer dizer fazer o projeto, se quer dizer fazer a obra, e se quer dizer fazer a obra, onde é que ela está consagrada no respetivo Orçamento, porque como dizia há pouco o meu colega Pedro, também não consegui encontrar uma alocação financeira para a obra.

E agora sobre a despesa, também gostava de fazer uma apreciação genérica. Esta proposta que nos é feita tem um aumento muito significativo com as despesas com pessoal – das contas assim por alto que eu fiz, num Orçamento de 4.750.000€, há mais 850.000€ alocados a pessoal, há aqui um aumento muito significativo de despesa para o pessoal – isto não é, de certeza, só o caso de passarem as pessoas de precários para o Quadro, há aqui qualquer coisa que eu gostava também de perceber, este aumento tão significativo, embora ainda a necessitar de consultadoria jurídica e de recursos humanos, que ainda vai acrescer a estes valores com os recursos humanos. Também um aumento muito significativo em comunicações e transportes, que também não estão justificados, não sabemos, é só um reparo que percebemos que há aqui um maior aumento de despesa.

E fiquei muito satisfeita quando vi esta frase também, que diz que há uma grande preocupação social na freguesia, e há aqui nesta rubrica "Apoio social a famílias carenciadas" um aumento de 300%, que, de facto, parecia uma coisa extraordinária, mas depois, quando se veem os valores, é de 10.000€ para 40.000€. Portanto, nestes valores que eu estive a falar, com recursos humanos, e no Orçamento global, passar de 10.000€ para 40.000€, de facto, é curto para justificar este anúncio tão formal de que ia haver agora aqui uma grande preocupação. Porque depois, e fazendo só uma passagem muito rápida sobre os valores que diminuem, temos as conservações das várias áreas ajardinadas, as escolas do 1.º ciclo, menos 64% de investimento; no espaço público, menos 53% de investimento; parques infantis, menos 92% de investimento; mobiliário urbano, menos 100%; sanitários, balneários, menos 100%; equipamentos desportivos, menos 55%; placas toponímicas, menos 50%; fiscalização do espaço público também diminui; escolas, menos 40%; e a parte dos arruamentos, menos 79%. Portanto, quando vemos que há aqui vontade no Plano de Atividades, e que se diz que se vão fazer várias iniciativas, e que embora grande parte das iniciativas tenham a precaução de pôr que vai ser pressionar a Câmara para o fazer – que também acho que é uma das responsabilidades e atividades que a Junta deve fazer, é conseguir uma boa parceria com a Câmara, e portanto, esperamos que isso possa acontecer, será sempre bom para a freguesia, mas não são, efetivamente, obras para serem a cargo da Junta de Freguesia. E nas que seriam a cargo da Junta, como eu digo, vemos uma redução muito, muito significativa nos valores das rubricas que são alocadas para estas atividades, que nos parecem relevantes.

E terminava com uma grande preocupação que tenho a manifestar, também manifestei já ao Sr. Presidente, à Helena Lencastre, sobre a questão das escolas

do 1.º ciclo. Eu penso que é inaceitável que as escolas da Freguesia de Belém, seja do 1.º ciclo, seja do secundário, estejam nas condições em que estão. Acho que deveríamos conjugar esforços, todos, para que esta situação não continuasse nesta freguesia, é indigno, não é só ser uma autarquia, mas eu acho que são situações que porventura só no terceiro mundo é que se encontram, e acho que seria importante que todos os membros da freguesia envidassem esforços para que isto não se passasse a nível da Escola Secundária, que temos sabido dos problemas graves, e que já levaram até a alguma revolta por parte dos professores em não terem condições para darem aulas, mas as escolas do 1.º ciclo, esta transferência de alunos da Escola de Caselas e dos meninos do Restelo para o espaço relativamente reduzido, em contentores, sem grandes condições, nos próprios contentores e no espaço onde eles têm que permanecer, mas também no espaço público – eu diria quase que aquilo não é muito diferente do Tarrafal, em que não há árvores, não há verdes, não há flores – vejam, basta ver, basta ver a secura daquele espaço. Tanto quanto sei, até foi a Junta de Freguesia que pôs lá um toldo, ou dois, para poderem haver junto dos equipamentos infantis alguma sombra, porque aparentemente não haveria sequer essa preocupação. E portanto, eu acho que isto não é, efetivamente, digno da freguesia, e principalmente não é digno para os jovens estudantes que têm uma permanência longa – são dias inteiros, durante nove meses (pelo menos) – em péssimas condições, e que, de facto, incomoda bastante que nós não façamos nada para que este estado de coisas se altere. Obviamente que apelo às Bancadas, mas apelo à Junta de Freguesia, não só, enfim, porque é o organismo competente para poder ter voz, mas essencialmente também não percebo como é que reduz desta forma 64% de investimento nas escolas do 1.º ciclo, o que é que isto quer dizer, por que é que se reduz desta forma quando há tanto ainda para fazer, e se a Junta de Freguesia tem capacidade, ou se já teve nos anos anteriores para intervir, por que é que agora entende que não quer intervir, e vai reduzir tão significativamente estes montantes.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sra. Arquiteta. Penso que se refere ao campo do Tarrafal, obviamente no tempo em que era um campo de concentração e de detenção de prisioneiros. Hoje em dia já é um *resort* turístico.

Judite Cristas.

Maria Judite Fragoso (CDS-PP): Boa noite. Cumprimento o Sr. Presidente da Mesa, assim como os restantes elementos da Mesa da Assembleia, o Executivo, o Sr. Presidente e também os restantes membros, e todos os membros da Assembleia de Freguesia.

E gostava de começar por concordar por completo com esta última preocupação levantada pela Sra. Arq.^a Teresa Almeida. Efetivamente, esta questão do espaço da escola, nós entendemos também que a escola não é só um local de aprendizagem; é um local de formação. E de facto, como é que nós vamos formar crianças num ambiente inóspito, num ambiente que, de facto, não privilegia os afetos, as emoções, e também todo o seu desenvolvimento integrado. E de facto,

temos que olhar com toda a seriedade, e de uma forma muito mais lata, bem sabendo que já tem sido alvo de preocupação de todos os estilos de atividades de enriquecimento curricular, mas também o espaço físico é, de facto, fundamental.

Gostaria também de fazer aqui uma intervenção, e uma reflexão, relativamente ao desporto, num primeiro momento para louvar esta iniciativa, da primeira edição do Belém Vela, um fim de semana dedicado à vela. Eu penso que numa freguesia tão ligada ao rio, é fundamental que, de facto, nós consigamos estabelecer cada vez mais esta parceria e esta ligação que é tão natural. Por outro lado, também temos uma preocupação, por exemplo, com o despejo do Clube de Vela do Tejo, e gostaríamos de perceber um bocadinho, para já, como é que isto terá acontecido, e de que maneira é que a freguesia poderá intervir de forma a que este desporto possa ser promovido, e de alguma forma ajudar e apoiar este tipo de iniciativas.

Algumas dúvidas, relativamente ao apoio dos clubes, que é falado na pág. 24, na forma de apoio aos clubes da freguesia, de que tipo de apoio é que estamos a falar, efetivamente. Está dito de uma forma um bocadinho vaga, mas de que forma é que isto vai ser feito, se é possível discriminar um bocadinho mais este tipo de apoio que é feito.

E por outro lado, se há algum tipo de prioridade relativamente às modalidades amadoras, ou às modalidades de prática familiar.

Muito obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Eu penso que não há mais inscrições das várias Bancadas. Não havendo, vou devolver a palavra, obviamente, ao Sr. Presidente e ao Executivo para esclarecimento, foram colocadas dúvidas e levantadas questões sobre várias matérias, apelando, obviamente, e porque temos ainda vastos pontos na ordem de trabalhos, a alguma contenção do Executivo, Sr. Presidente. Não é por nada, é só porque nós temos uma regra, à meia noite termina, se não terminar à meia noite, continua amanhã. Eu não sei como é que está a vida de cada um, mas presumo que se queiram aproximar o mais depressa possível de domingo à noite, e das suas famílias, e daquilo que têm que preparar. Portanto, é só essa a sugestão, para não termos que voltar amanhã.

Presidente do Executivo: Vou fazer os impossíveis, porque foram colocadas uma série de perguntas, e algumas, estou convencido de que tive alguma dificuldade em apanhar. Depois se virem que falhei alguma, agradeço que insistam, porque não é por má fé, mas estou convencido de que perdi aqui algumas.

Bem, vamos começar aqui pelo PS, Ana Coelho. Falou aqui das CAF's e de toda esta questão relativamente a umas verbas que estão no Orçamento, a 0.6 e 0.7. A 0.6 é tudo o que é referente a protocolos; protocolos que temos com a Câmara

é o 0.6. A 0.7 é fundamentalmente apoio às famílias, tudo o que são ofertas que são dadas no apoio às famílias.

Mas, eu agora queria fazer aqui uma coisa que é importante para toda a gente, e antes faço um ponto prévio: atenção aqui a uma situação: é preciso ter alguma experiência nesta questão da contabilidade autárquica, e eu percebo que quem está há pouco tempo possa ter algumas dificuldades, porque isto tem peculiaridades, coisas muito específicas. Obviamente que um Orçamento é um Orçamento, é uma previsão orçamental, e um Plano de Atividades também, e têm que estar em consonância. Nós, no Plano de Atividades, queremos dizer que queremos ir fazendo as nossas atividades, desenvolver aquilo, tal e tal, as nossas atividades, e tem que ter alguma matéria, alguma substância no Orçamento para financiar essas atividades. Só que nós, neste caso específico, neste momento, em Belém, hoje, por exemplo, se nós fossemos fazer tudo aquilo que temos feito, por exemplo, com a massa financeira que temos neste momento, não dava para cobrir todas as despesas que nós vínhamos fazendo com as atividades a desenvolver neste momento. Isto é, há algumas Juntas de Freguesia que eu sei que incorporam logo os saldos transitados agora; eu acho que tecnicamente isso não é correto, deve ser só em abril. Mas, nós já sabemos que quando for a revisão orçamental, a primeira, em que vêm já os resultados incorporados, nessa altura é que já estamos com as receitas suficientes para cobrir todas as nossas despesas. São situações que se têm que ir resolvendo a pouco e pouco, mas esta negociação da reforma administrativa de Lisboa não foi nada fácil. Eu não estou a dizer que umas pessoas foram enganadas e outras ganharam, e por aí fora, não estou a falar em má fé de ninguém, mas é uma situação completamente nova. E então na parte da educação é inacreditável. Eu não me esqueço, a Vereadora Graça Fonseca, que tinha a parte da educação na Câmara, só à quinta vez de lhe puxar pelo braço é que ela me diz: "Ouça lá, mas o que é que quer que eu faça? Como é que quer que eu transfira dinheiro se nós nunca tivemos dinheiro para isso?" Estávamos ainda a negociar toda esta questão das transferências das competências próprias – não era delegação de competências da Câmara para a Junta. E fomos "bananas", aceitámos mesmo assim, sem o pacote financeiro, foi por pouca experiência também, e aconteceu em mais matérias assim. Mas, portanto, a Câmara está a dever-nos centenas de milhares de euros, já nem vou falar na água, que estamos a pagar cerca de dois terços de taxas que não devíamos pagar, no Jardim Vasco da Gama já vai em quase 100.000€ neste momento, e quase 100.000€ está a Câmara para nos devolver, e anda o Sr. Vereador Saraiva a arranjar expedientes para ir protelando a situação. Portanto, isto não é fácil, é um processo que vai andando. O que nós fazemos, e em termos realistas – e repare, não é só a Freguesia de Belém, são várias, já foi posto por colegas também que é assim – vamos fazendo consecutivas, várias alterações orçamentais consoante as despesas que vamos necessitando e as medidas que vamos priorizando. Nós, neste momento, já devemos estar na décima quarta alteração orçamental, porque não podemos fazer qualquer despesa sem termos cabimentos, como é evidente. Às vezes tiramos de um lado e pomos no outro.

Aquela que há bocado falaram aqui, naquela questão que há bocado aqui o membro Diogo Henriques tinha falado, por exemplo, daquela rubrica de despesas e consultadoria de desporto, por exemplo, isso vai baixar porque, em princípio,

vão entrar no Quadro, e as pessoas estavam em prestação de serviços. Portanto, já ficamos com uma situação mais definida e mais legal, como é evidente – não estou a dizer que são ilegais, mas é bom ter as pessoas com a vida clarificada, e a própria Junta vai beneficiar desse facto. Pronto. Mas é por causa disso.

Há outras rubricas que têm um euro (1€), é só para não se fecharem, porque depois vai ser preciso reforçar essas rubricas. Isto é um pouco uma navegação à vista, pois é, por isso é que eu estou a dizer, porque “têm muito dinheiro”, está bem, mas temos que o gerir bem. E nesse aspeto, desculpem lá, eu estou orgulhoso – enfim, não estou a dizer para nos darem um louvor, nem pouco, mais ou menos, mas não tivemos coisas assim muito graves que pudessem funcionar em desconformidade, e estamos a começar uma reforma administrativa, estamos nos primeiros anos, houve outros sítios em que foram anos e anos que demoraram a consolidar. E nós, com pouco pessoal – e a única Junta de Freguesia que não tem sede ainda em condições, ao colo uns dos outros. Agora, conseguimos abrir uma janela para o nosso pessoal que estava fechado num quarto, sem uma única janela, o que foi fantástico, achámos que era o máximo, que era um luxo.

Por isso mesmo, o que eu lhes queria dizer era o seguinte, têm que ter em atenção sempre isto: o Orçamento, obviamente, tem explicações, temos que reforçar aquela área, aquela outra, e tal, não há dúvida que a ação social é para nós a primeira das prioridades, não há dúvida que o espaço público também é bastante importante, não há dúvida de que a educação, que está ligada à ação social também, não há dúvida de que o desporto é uma escola da vida também, a cultura, estamos a dar um grande reforço neste momento também à cultura, que é um dos grandes pilares, que nós achamos que são fundamentais. Aliás, tanto na área da educação, temos vários projetos, e apesar de não termos competência na parte do ensino secundário, estamos a fazer tudo, mas mesmo tudo, para que a Escola Secundária do Restelo consiga ter finalmente um pavilhão ginnodesportivo – é uma vergonha não ter. Eu também já tive ocasião de falar na Assembleia Municipal, como deputado, e disse à Câmara que nós só queremos ter metade do que a Musgueira tem – a Musgueira tem duas escolas forradas a mármore. Mas, isso já teve algum efeito, porque neste momento estamos a fazer obras às nossas escolas, para ficarem todas arrançadas, as escolas do ensino básico. Agora, vai ser um ano muito difícil, este ano de 2018. Agora, repito: essa decisão e essas condições, nós não somos responsáveis. Mais, nós estamos a tentar minimizar esses prejuízos, e essa instabilidade, e essa dificuldade. Ainda há bocado referi, ficámos muito aborrecidos, e hoje manifestámos o nosso desagrado, de terem os homens da empreitada entrado lá no recinto da Escola Secundária sem nos dizer nada, e começarem agora a fazer as obras, para instalar agora uma outra escola lá, sem nos dizerem nada. Estava previsto, mas não nos disseram que era agora. E pode haver problemas, se há um problema com uma criança que se magoa, ou sei lá mais o quê, como é que é? Portanto, isto não é fácil, mas tem que haver muito bom senso no meio disto tudo. Agora tentem ter sempre em devida atenção isto que eu lhes falei. As rubricas não querem dizer nada. De uma forma realista, tem que se tirar de um lado e pôr no outro. Agora, o que interessa realmente são as prioridades. E posso-vos dizer que

nunca fizemos nada de muito significativo que não tivéssemos feito por falta de dinheiro. Temos conseguido sempre, nas nossas prioridades, ir para a frente.

Por exemplo, falaram há bocado aqui no Terreiro das Missas: o Terreiro das Missas, neste momento, já temos toda aquela situação, os dinheiros já tinham entrado, do Terreiro das Missas, como sabem, é um investimento significativo, mas nós, neste momento, isso há de entrar, do Terreiro das Missas, com a revisão orçamental, quando for nessa altura a revisão orçamental. E então, nessa altura, há de ficar definido isso. Mas, não tem sido a nossa prioridade, porque a nossa prioridade tem sido acabar os projetos de obras que estamos a fazer em várias frentes. E não queremos ter isto sistematicamente em obras, isso é o pior que há, não queremos igualar o Fernando Medina em Lisboa; nós temos que fazer algumas obras necessárias, mas queremos ter um ponto final, queremos agora ver se rapidamente acabamos aquela – que antes do natal será acabada – à volta da Igreja, que está quase acabada, já acabámos os parques caninos, estamos a fazer um grande esforço para acabar agora aquele parque de estacionamento na Rua Rodrigo Reinél, estive lá a ver hoje, prosseguimos em força para começarmos a asfaltar aquilo, para depois, então, acabarmos a Ilha da Madeira, que tem que acabar rapidamente para darmos aquilo por concluído, finalmente. Mas, temos que regularizar aquele cruzamento da Tristão Vaz com a Gonçalves Zarco, que está mal feito, estamos a ver se regularizamos isso.

Agora, quanto ao Boletim: o Boletim é o Boletim da Junta de Freguesia de Belém, atenção. Desculpem lá, mas há dois órgãos: há a Junta e há a freguesia. Agora, é evidente – reparem uma coisa, imaginem que – vou entrar aqui numa coisa maquiavélica - havia uma força política da Oposição que, para o Boletim, nos mandava quilómetros e quilómetros de textos, e nós nunca mais tínhamos Boletim. Quer dizer, o Boletim é da Junta de Freguesia, que é o órgão executivo, que para interagir na sua ação, que é fundamental para uma pessoa – porque não basta fazer, tem que se mostrar que se faz e mobilizar as pessoas. Portanto, não basta fazer, tem que se mostrar que se faz. E o Boletim é muito importante, até para mostrar a obra que se faz, e também mobiliza as pessoas para coisas que se pretendem fazer. Obviamente, e várias vezes também anunciamos situações da Assembleia de Freguesia, como é evidente, há reuniões da Assembleia de Freguesia, também é bom participarem. Agora, é o Boletim da Junta de Freguesia de Belém, é um instrumento da nossa política, de uma forma aberta, como é evidente, como deve ser, e todas as Juntas do Partido Socialista também têm os seus Boletins.

Atenção, a lista do pessoal e avençados vai aparecer no relatório de contas, depois é que estará tudo certinho, nessa altura.

Quanto ao novo Posto de Limpeza, nós depois também aqui, sobre esta questão, depois vou dar aqui a palavra ao Tiago Pessoa, para clarificar aqui a situação, mas o novo Posto de Limpeza, já o estivemos a negociar. Nós ficámos com o novo, e não com o que lá está, por opção própria. Posso ter culpa nisso, se calhar, mas eu acho que não, porque nós dissemos como é que queríamos, foi visto o projeto, e está assegurado que vai avançar ali ao lado – tenho que ver agora como é que está o projeto. Mas, portanto, podíamos ter ficado com o que

estava ali, e pronto, e a Câmara ficaria com o outro que iria ser feito. Assim, preferimos, ficamos nós instalados no da Câmara, e depois ficaríamos com o outro feito à nossa medida, ali ao lado. E esperemos que seja rápido.

Quanto ao Jardim da Praça Afonso de Albuquerque, aquilo é uma reabilitação que está prevista, já lá fui chamado pelo Sr. Mesquita, de toda a estrutura verde, para dar o meu parecer àquele jardim, simpaticamente disse-me que depois lá ia ver, disse que sim, pavimento em bordô, enfim, cor de tijolo. Vai ficar bonito o Jardim da Praça Afonso de Albuquerque. Já devia estar feito há muito tempo, antes das eleições presidenciais, tem estado a demorar imenso, mas são as próprias situações da Câmara que demoram. Mas está lá a dar mais uma força para isso. Nós temos alguns no nosso plano para reabilitar, alguns até são classificados, como o Jardim Pulido Valente, ali em cima, enfim, sem os descaracterizar, como é evidente, mas para nós, o espaço público tem muito a ver com a qualidade de vida das populações, e isso é muito importante, e tentamos ser muito ativos para não deixar que as coisas se estraguem, e estarmos sempre em cima disso.

Verifico com prazer o que o Partido Socialista registou quanto a esta mudança de opinião – e acho que é fundamental; é fundamental, temos aqui muitos debates, e temos uma situação muito mais normal e saudável politicamente, como não foi em muitas ocasiões – e não vou revelar por quê, as situações, toda a gente sabe o que é que aconteceu.

Quanto à situação das escolas, é péssima, de facto. Como sabe, isto é uma situação que nos deixa tristes, estamos a tentar organizar isso, mas vai ser um ano difícil, um ano horrível agora, porque é uma condição fundamental, a Câmara disse que tínhamos as escolas hoje em condições, e isso não tem sido fácil. Nós estamos preocupados com as escolas, de facto, mas aqui em cima está a Escola de Caselas, que também foi para lá agora, provisoriamente, o Jardim de Infância de Belém, porque quiseram fazer umas obras agora nas férias, umas obras necessárias, já outra vez – a escola é nova, mas tiveram que fazer umas obras necessárias, e tiveram que ir provisoriamente lá para cima também. E a escola lá de baixo, do Bairro do Restelo, não foi preciso mudar porque estão a fazer de um lado, e depois vão fazer do outro, e portanto, não se teve que mudar. Agora, esta nossa Escola Secundária, dá-me pena, já tive quase – posso dizer – um investidor para fazer lá um pavilhão gimnodesportivo na escola, ele fazia a obra, ficava com aquilo a partir das seis da tarde, e a escola ficava até às seis da tarde para poder o pavilhão ser utilizado pelos alunos. Mas, depois não foi para a frente. Quem fez 200.000€, era necessário fazer um orçamento 400.000€, e já não se conseguiu. Mas, nós somos persistentes, e vamos conseguir.

Depois, o Belém Vela, vai ser uma primeira iniciativa que vamos tentar implementar. Como sabem, nós até temos um barco, a Junta tem um barco a motor, até emprestado ao Clube Sportivo Pedrouços – é mais um apoio que demos ao Pedrouços, e já não está aqui ninguém do Pedrouços, mas pronto, no outro dia demos equipamentos para a equipa de futebol deles também, já demos para a equipa de vólei, equipamentos, temos melhorado o parque desportivo deles sempre. Agora até me esqueci de mais um apoio, que é o barco a motor

que está lá para acompanhar as regatas do Pedrouços, mas agora pode-se também emprestar a outra entidade.

Quanto aos tipos de apoio aos clubes e às modalidades amadoras, e também aqui este despejo do Clube de Vela do Tejo, posso passar aqui a palavra, e também para complementar aquela parte mais da higiene urbana, como já há bocado falaram, ao Dr. Tiago Pessoa, que também pode pormenorizar um pouco melhor isto.

Obrigado. Está bem, Sr. Presidente? Posso?

Presidente da Mesa: Pode, com certeza.

Tiago Pessoa (Vogal): Muito obrigado, Sr. Presidente da Mesa. Antes de mais, também cumprimentar todas as Bancadas, e felicitar, e desejar também votos de um bom trabalho para o mandato.

Relativamente a algumas questões que foram aqui colocadas, queria complementar e clarificar algumas delas, nomeadamente que foram levantadas também pela Bancada do Partido Socialista, e que agradeço desde já as questões.

Relativamente à criação do novo Posto de Limpeza, e só em complemento daquilo que o Sr. Presidente já disse, inclusivamente eu já reuni com o Diretor Municipal da Higiene Urbana e com o Diretor de Departamento, falámos sobre este tema, é importante que consigamos juntar – neste momento, nós temos dois Postos de Limpeza, como sabem, é muito importante que consigamos juntar as pessoas todas num único posto, porque isso vai permitir, obviamente, uma melhor gestão de todo o pessoal, vai criar uma maior eficiência para os serviços, e portanto, é uma matéria que estamos a acompanhar, e a fazer força para que rapidamente se concretize. O próprio reforço de mais homens na rua na parte da higiene urbana vem também responder a muitas das solicitações que temos recebido, que, de facto, há temas da higiene urbana que não estão a correr bem na parte da remoção, que é da responsabilidade da Câmara, e que nós temos reforçado também com pessoas no terreno para fazer essa limpeza.

Relativamente ao tema do Orçamento, na parte da higiene urbana, aquilo que existe do ponto de vista da despesa que está prevista, na maior parte dos casos, eu julgo que ela até aumenta, não diminui, em algumas rubricas. Nas rubricas, por exemplo, de ferramentas e utensílios, há um conjunto vasto de ferramentas que são utilizadas na parte de higiene urbana, e aqui há um aumento significativo desta rubrica, de 60%; aumento ao nível do reforço nas águas, nas eletricidades, do Posto de Limpeza, o que também é importante, porque com mais pessoas, obviamente também temos mais consumos. Na parte da limpeza e higiene diversas, há um aumento de quase 20%, de 40.000€ para 47.000€, e na componente também da alocação de outros bens, onde existem também equipamentos afetos à higiene urbana, e onde temos também previsto o reforço de meios, nomeadamente com novas varredouras, existe aqui também um incremento do Orçamento em cerca de 15%, precisamente para fazer face

também a esses investimentos que vamos fazer. Ao nível da higiene urbana, há aqui duas rubricas, que são recolhas de resíduos e equipamentos de recolhas de resíduos, que têm uma redução de 2.000€, mas que eu diria que são perfeitamente compensados pelos aumentos que referi há pouco.

Quanto a um outro tema que falou há pouco, das feiras, que também é uma área da parte do comércio, o Orçamento de receita está feito com base no histórico dos anos anteriores, e portanto, a redução que verificamos aqui é uma redução de 1,43% naquilo que se estima, mas existe uma outra rubrica, que passa de 600€ para 1.200€ (há um aumento de 100%), e na prática, essa análise das rubricas está igual, não há aqui uma variação. Mas, de qualquer modo, em termos de todos os mercados e feiras, aquilo que nós vamos procurar também é fazer algum investimento de melhoria na Feira de Belém, com mais equipamentos, o reforço das tendas e dos ferros, que já há algum tempo necessitam de algum investimento.

Relativamente ao tema do desporto e às questões colocadas pela Judite Cristas, relativamente à vela, à iniciativa de vela, aqui o objetivo é envolver todos os clubes da freguesia, porque, de facto, é um desporto com muita tradição, e nós achámos que seria importante, também porque temos iniciativas em diversos desportos, e este seria, obviamente, um desporto de eleição para podermos fazer uma iniciativa este ano, e daí essa menção no Plano de Atividades.

Quanto à questão do despejo do Clube de Vela do Tejo, eu já tive oportunidade de visitar – eu não diria as instalações, porque o clube, de facto, foi despejado, estava numas instalações cedidas pela APL, teve de sair porque a APL precisou daquele espaço, e o clube teve que sair, está numa situação em que só tem um parque onde tem os seus barcos e os atrelados, etc., mas não tem condições para receber os sócios. E aquilo que fomos procurar é perceber um bocadinho como é que nós poderemos, de alguma forma, ajudar. É um clube que tem dois anos de vida ainda, é um clube recente, mas já tem três campeões nacionais – portanto, já é um aspeto muito interessante. Aquilo que nós vamos procurar é ver ao nível, ou de apoios – eles falaram na possibilidade de ter ali uma instalação mais precária, com uma espécie de um contentor, que pudesse servir de forma temporária para poder receber as pessoas. Nós estamos a ver junto aqui da Câmara se existe alguma coisa, ou ao nível da Junta, que possa dar esse apoio.

E finalmente, sobre a questão do apoio aos clubes da freguesia, só esclarecer que o que nós queremos procurar é introduzir critérios para a concessão desses apoios, definir objetivos, e esses objetivos passam pelo número de iniciativas que os clubes realizam, pelo número de atletas federados que têm – o que nós queremos procurar é ter critérios objetivos para que os clubes conheçam, de facto, também os apoios que a Junta de Freguesia pode dar, de modo a que consigamos também dar maior previsibilidade, também para os clubes poderem fazer as suas próprias iniciativas. Nós não nos queremos obviamente substituir, nem pouco, mais ou menos, os clubes têm a sua vida própria; naquilo que a Junta puder ajudar, na dinamização de iniciativas do desporto escolar, apoio ao desporto escolar, com novas modalidades, assim o veremos e analisaremos.

Muito obrigado.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Tinha-me esquecido, de facto, de responder aqui a mais um ou duas pessoas. Primeiro que tudo, gostaria também de agradecer a intervenção do José Matos Rosa, e de todo o apoio que nos transmitiu sobre a apreciação que fez sobre os nossos documentos, que para nós também é muito importante saber que estamos apoiados também pela maioria das forças políticas, e isso dá-nos alento para continuarmos a desenvolver a nossa política em prol da população de uma forma mais dedicada. Nós também tentámos alargar isso, de facto, o Plano de Atividades, a todas as forças, porque não queremos partidarizar a nossa atuação, queremos fazer isto de uma forma o mais aberta possível, como é bom que seja na política em geral, e nomeadamente na autárquica.

Eu não gostaria de deixar aqui de falar de duas partes, muito rápidas, que eu tinha deixado há bocado de dizer aqui, porque havia aqui uma parte das Finanças, de não ter dado informação, e geralmente é sempre no final do ano essas verbas. Essa questão, referente ao IML, tem sido fundamentalmente por causa disso.

E quanto à questão que tem aí explicada, a questão do custo, obviamente que não foi só pela entrada no Quadro, mas pelo salário mínimo e pelo desenvolvimento das carreiras profissionais, que isto tem-nos também, como é evidente, criado mais problemas. Isto é normal, e é justo, porque isto, não há dúvida que os recursos são limitados, e uma pessoa no Quadro tem uns custos que não tem um "recibo verde", e nós estamos a pôr mais gente nos Quadros, isso tem mais custos. Mas, por outro lado, ficamos contentes porque estamos a dar mais estabilidade às pessoas. Os recursos são limitados, e temos que ter isso em atenção.

Também na questão dos custos de conservação, das empresas, estão a descer porque nós agora, de facto, temos equipas, temos meios próprios, e estão a desenvolver muito esse tipo de trabalho. É mais rápido, é mais barato, e é mais eficaz do nosso ponto de vista também, e isso também é importante. Agora, atenção: a Junta não tem competência no investimento, apenas na conservação das escolas. Mas, mesmo assim, vamos fazer o que podemos fazer, pronto, e é muito pequenino, quase 5.000€ em pequenas reparações, isto é muito pouco.

Mas, de qualquer forma, a Fernanda Santos tinha-nos falado também aqui sobre algumas questões, e eu agradeço, realmente, também fiquei contente com a sua intervenção, por mostrar que houve aqui alguma diferença pela positiva, é um sinal que se dá – como é evidente, eu sei que isto é um sinal que se dá, e querem ter o melhor ambiente possível, como é lógico, entre todas as forças políticas, e retirar de todos o nosso melhor.

Na ação social, estamos todos em sintonia, as atividades são atividades com muita utilidade. Agora, eu queria vincar aqui uma coisa: atenção, isto é um Plano

de Atividades, não é um relatório de atividades. Depois trar-se-á essa informação mais minuciosa no relatório de atividades.

O programa de férias é um sucesso, as pessoas choram para porem os filhos nas férias, é uma luta enorme, pessoas de outras freguesias, de outros concelhos, a tentarem pôr as pessoas nos programas de férias da Freguesia de Belém, o que nos dá um orgulho enorme, porque, de facto, temos bom nome, estamos bem vistos na praça.

Estas atividades seniores são aquelas que temos tido, e que têm tido algum sucesso. Ainda hoje tive um almoço, eram quarenta e cinco pessoas, estivemos a almoçar todos ali no restaurante chinês, e gente com uma vitalidade, tomara muitos de nós, com aquela idade, termos aquela vitalidade que aquela gente tem.

Voluntariado: o voluntariado não é fácil; temos muita gente - houve altura em que nem tínhamos pessoas nos Quadros, mas tínhamos muitos voluntários, e a Junta vivia quase à base de voluntariado. Mas temos vários, graças a Deus. Mas, tem uma limitação muito grande, porque sabe que há várias limitações no voluntariado, como deve ser feito a cem por cento. Não estou a dizer que não temos isso, temos aí vários setores, mas não é muito fácil, até por causa dos seguros, por causa das atividades todas que têm de ser feitas, não é fácil. Mas, graças a Deus, temos muita gente a querer dar-nos apoio como voluntários.

O "Dê p'rá Troca", têm faltado às vezes alguns livros, é verdade, é normal, isso acontece, mas também já tive vários elogios, já aliviámos algumas famílias com livros que não tinham, e que se recusaram a comprar. Mas o que é certo é que também temos que ter em devida atenção que hoje em dia as escolas também já começaram a ter uma postura diferente, não deixarem os livros saírem e ficarem com os livros lá para outros. Isto também diminuiu um pouco a nossa atividade do "Dê p'rá Troca". Mas, vamos continuando a desenvolver o projeto no sítio em que está, neste momento, também no Bairro de Caselas, não vamos esmorecer.

A rede social é fantástica. A última vez que estive aqui foi nesta sala, assim à volta um "U", com representantes de instituições, todos aqui à volta, na altura contei quase oitenta instituições aqui representadas. Portanto, como devem calcular, é um núcleo muito importante, as pessoas vêm para aqui, uma tarde inteira do seu tempo, e vêm para aqui, cada qual dentro da sua área de especialidade, dar um pouco de si para ajudar-nos a termos uma rede em condições de resolvermos os problemas que nos vão surgindo. E realmente, é muito importante que esta rede social, da Comissão Social de Freguesia – eu sou o Presidente, e portanto, vou tentando estar nessas reuniões principais, plenárias, mas depois têm vários núcleos a funcionar, e depois tem um Executivo também. E o que é uma rede social? Quando quiserem alguma vez assistir a uma reunião, convido-os, porque vale a pena terem esse gosto.

Fundamentalmente era isto, Sr. Presidente, que queria completar. Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu penso que está encerrada a discussão deste ponto. Não? Tem mais uma intervenção? Faça favor.

Fernanda Santos (PS): Sr. Presidente, sempre com muita estima, mas tenho que lhe dizer o seguinte: efetivamente, não vamos alongar muito mais esta discussão, mas o Sr. Presidente não esclareceu muitas das questões que nós colocámos, nomeadamente as questões financeiras. Ou seja, o Sr. Presidente esclareceu-nos das inúmeras dificuldades que tem, dos problemas que sente na construção deste trabalho, da governação da Junta, mas, efetivamente, muitos dos pontos que foram aqui levantados por nós, e também por outras Bancadas, objetivamente não foram respondidos. Agora tínhamos que elencar todas novamente para ter uma resposta. Na minha, por exemplo, perguntei-lhe concretamente, relativamente à diferença entre apoios às famílias carenciadas e as ofertas da ação social, qual é que era a diferença entre estas duas designações, porque não sabemos, efetivamente. E depois havia também uma diferença entre os investimentos feitos ou projetados no Orçamento de 2017 e 2018. Isto concretamente não foi respondido. Mas, eu fico com muitas outras questões que eu não coloquei, mas que os meus colegas colocaram, e que nós gostaríamos de ver respondidas. E não são uma, nem duas; são várias. Mas pronto, não vamos alongar, possivelmente, esta discussão, mas não queria deixar de dar esta nota.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Quer dizer, vamos lá ver, isto é basicamente a mesma coisa. Repare: é claro, quem é que recebe os apoios? São as famílias. As coisas estão todas ligadas. Quando às vezes me pergunta também, entre a ação social e a educação, há pontos que praticamente são difíceis de destringir, são coincidentes, estão uns em cima dos outros. Aqui é a mesma coisa. Os apoios, por exemplo, que se dão a uma família, muitas vezes – olhe, o Cabaz Solidário, isso é um apoio que se dá, por exemplo, a uma família, o Cabaz Solidário, aquele cartão, e a pessoa vai durante um ano inteiro abastecer-se ao supermercado com esse cartão. O que é que isto é? É um apoio.

Fernanda Santos (PS): Então, nesse caso, isso é um apoio, ou é uma oferta?

Presidente do Executivo: Nesse caso, é um apoio. Não, mas estão todos interligados, isso não é relevante. Estão todos interligados. Soma-se isso tudo, e é a mesma coisa. São rubricas do POCAL.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vamos, agora sim, terminada a discussão deste ponto – relembro que é o quarto ponto, é evidente que uns são mais importantes do que outros pontos da ordem de trabalhos, mas é o quarto ponto de uma ordem de onze pontos. São vinte minutos para a meia noite, e portanto, penso que seria útil passarmos à votação deste ponto da ordem de trabalhos, ou seja, à votação da Apreciação e aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento, Norma de Execução

Orçamental, GOP's – Plano de Atividades, PPI e PPA) e Mapa de Pessoal para 2018, como foi proposta pela Junta de Freguesia.

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? São os restantes. Portanto, temos oito (8) votos favoráveis, cinco (5) votos contra, e uma (1) abstenção. Portanto, os documentos previsionais para o ano de 2018, apresentados pela Junta de Freguesia, estão aprovados.

Passamos para o **Ponto n.º 5** da ordem de trabalhos, Apreciação e ratificação do acordo de parceria com o Centro Paroquial de Assistência de Santa Maria de Belém.

Pergunto se há alguma questão, ou se alguém quer proceder à apresentação. Quer pôr alguma questão? Faça favor.

Fernanda Santos (PS): Eu tenho uma questão, também para ser breve: por quê esta instituição, e por quê com esta escola e jardim de infância.

Obrigada.

Presidente da Mesa: Obrigado. O Executivo, para responder, em querendo.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Não está cá a Dra. Helena Lencastre, mas é da minha altura ainda, também: isto é um acordo de parceria que já existe há bastante tempo, com o Centro Paroquial de Assistência de Santa Maria de Belém, que pertence à Paróquia de Santa Maria de Belém. E por isso, foi uma forma que se fez, em conjunto com a Câmara, para nós recebermos as verbas, e eles são a entidade executora para desenvolver o projeto. Tem sido todos os anos assim, foi acordado entre as partes, é um acordo entre a Câmara, Junta de Freguesia e a entidade executora. Depois, estava aqui o Dr. João Carvalhosa a lembrar-me, quando nós já fizemos este acordo, isso já existia diretamente com o Centro Paroquial. Nós ficámos como entidades executoras noutros sítios, mas não quisemos retirar isso ao Centro Paroquial, que já tinha, mas colaboramos.

Presidente da Mesa: Obrigado, Sr. Presidente.

Não havendo mais intervenções neste ponto, penso que podemos passar à votação. Apreciação e ratificação do acordo de parceria com o Centro Paroquial de Assistência de Santa Maria de Belém. Quem vota contra? Um (1) voto contra, da CDU. Quem se abstém? Presumo que os restantes votam a favor. Aprovado, com doze (12) votos a favor, e um (1) voto contra, do representante da CDU.

Ponto n.º 6, Apreciação e aprovação da 1.ª Adenda ao Regimento dos Clubes Paula Vicente 2017/2018 – Estatuto do Aluno Tutor.

Alguma intervenção ou algum pedido de esclarecimento neste ponto da ordem de trabalhos? Não havendo, penso que estaremos em condições de votar. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 7 da ordem de trabalhos, Apreciação e aprovação da 2.ª Adenda ao Regimento dos Clubes Paula Vicente 2017/2018 – Estatuto do Aluno Tutor – Prazo de pagamento de mensalidades.

Alguma intervenção? Também não. Passamos à votação. Quem vota contra? Um (1) voto contra, do representante da CDU. Quem se abstém? Aprovado com um (1) voto contra, do representante da CDU.

Ponto n.º 8, Apreciação e aprovação de alteração ao Regulamento Interno do Projeto de Intervenção Sócio Educativa.

Pergunto se nesta matéria há alguma questão. Não havendo nenhuma questão, passamos à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Uma (1) abstenção, do representante da CDU. Os restantes votam a favor. Portanto, é aprovado, com uma (1) abstenção, do representante da CDU. Neste caso, a Coligação só elegeu o elemento, que é do PCP. Por mim, acho que o próprio deve escolher a designação que pretende usar.

Ponto n.º 9, Ratificação de protocolos e contratos celebrados com o Município de Lisboa.

O primeiro protocolo é um Protocolo de Colaboração com o Município de Lisboa relativo às Atividades de Animação e Apoio à Família 2017-2018 – é o **Ponto n.º 9.1**. Não havendo pedidos de intervenção, quem vota contra? Quem se abstém? Também o representante do PCP. Aprovado, com uma (1) abstenção.

Ponto n.º 9.2, Protocolo de Colaboração com o Município de Lisboa relativo à Componente de Apoio à Família 2017-2018. Quem vota contra? Quem se abstém? A mesma votação que a anterior. Está aprovado.

Passamos ao **Ponto n.º 10**, Ratificação do Contrato-Programa das AEC's.

Não havendo intervenções, quem vota contra? Quem se abstém? Também a mesma votação anterior, abstenção do representante do PCP. Aprovado.

E o último ponto, **Ponto n.º 11**, Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia.

Se houver alguma questão em relação à informação escrita. Teresa Almeida, do Partido Socialista, por favor.

Teresa Almeida (PS): Tentando não fazer qualquer prolongamento exagerado desta intervenção, e eu acho que nos vamos repetir, é um novo Executivo, mas continua o mesmo tipo de críticas a este tipo de informação escrita, que não nos esclarece relativamente à atividade efetuada durante este período, fá-lo de uma

forma muito genérica, não nos dá dados. Acho que nesta Assembleia já foram feitas recomendações, que parte das questões poderão não estar adequadas, serem feitas no Plano de Atividades, mas que poderiam passar a ser feitas no âmbito da informação escrita, eu subscrevo e recomendo que, então, essa componente mais descritiva, mais numérica, e mais de podermos monitorizar a atividade da Junta de Freguesia, pudesse passar a ser feita aqui nesta informação, seria bem mais útil.

E apenas um reparo, Sr. Presidente: eu sei que está muito contente com a janela, mas eu penso que é lamentável que durante tanto tempo as pessoas tenham trabalhado em condições que não são regulamentares. Há, de facto, aqui uma penalização para trabalhadores que não tinha que ser, não é regulamentar as pessoas trabalharem em locais que não têm qualquer iluminação natural, mas pronto, fica muito satisfeito, também fica esta situação descrita, mas eu tenho, de facto, um sentimento ao contrário, que é como foi possível tanto tempo uma pessoa trabalhar em condições tão más.

Presidente da Mesa: Obrigado. Faça favor.

José Matos Rosa (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Era só sobre esta informação escrita do Sr. Presidente. Eu já pertenci a outras Assembleias de Freguesia, conheço o que é a prática em todas, não foge este documento àquilo que é a prática nas várias Juntas de Freguesia de Lisboa e até no país. Quero dizer, e em nome da Bancada do PSD, que nos sentimos satisfeitos com a informação que temos. Claro que se pudermos melhorar, melhor – passando este pleonasmo – será sempre bom termos mais. E só quero fazer uma pequena referência aqui, que com a leitura simples e fácil deste documento, eu consegui saber, aquando das várias perguntas do público, das pessoas que habitam na freguesia, que vieram aqui no seu período de questões, colocar questões, olhando aqui para os apoios concedidos, que o Clube Sportivo Pedrouços recebeu 660€ de instalação elétrica da cozinha do parque desportivo – portanto, já sabia – e também sabia que o Clube Sportivo Pedrouços recebeu 6.679,20€ de reembolso de despesas do Arraial de Belém. Portanto, até aqui eu tenho alguma satisfação. Podemos melhorar? Podemos, de certeza que o Sr. Presidente estará aberto a sugestões de melhorarmos este próprio documento, mas penso que, neste momento, não sai fora daquilo que é a norma das Juntas de Freguesia e do documento apresentado nas Assembleias de Freguesia. E portanto, queria também agradecer a forma explícita e transparente como é feita esta informação, em nome da Bancada do PSD.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Tem a palavra, Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Só para agradecer isso, e de facto, só relembrar que há bocado ali foi referido que a Junta de Freguesia não tinha dado qualquer apoio ao Clube Sportivo Pedrouços, o que é mentira, porque, pelos vistos, demos. Aliás, não é preciso estar aí escrito; demos e continuamos a dar, como damos a várias

entidades. É mentira o que foi dito, e não estão aí referidos vários, que foi até o próprio SIF que nos cedeu equipamentos novos que tinham lá, que não tinham vendido, à Junta, para nós darmos a outras entidades, coletes, ficou só a faltar o emblema, e entregámos a uma equipa de futsal do Pedrouços. Já não estou a referir outros, das modalidades de voleibol feminino e basquetebol, que também apoiámos. E já não estou a referir outros, os apoios de tempo, no Pavilhão da Escola Marquês de Pombal, em que o Pedrouços tem as suas equipas de basquetebol e voleibol também a utilizar nos tempos que nós disponibilizámos. Em contrapartida, as beneficiações que fizemos no Pavilhão da Escola Marquês de Pombal, e quem beneficia daquilo, geralmente, é o Pedrouços e é o Belenenses. Portanto, isso é mentira, também temos dado apoios ao Pedrouços nesse aspeto.

E também queria referir aqui à Arq.^a Teresa Almeida que falou na questão das condições de trabalho: posso dizer-lhe que tive que me empenhar pessoalmente para conseguir o mais rapidamente possível essa abertura de janela. Parece que é uma coisa fácil, mas não é, porque uma janela a dar para o Jerónimos, que como sabe, é um monumento que é Património da Humanidade, tive que ter os hotéis todos com projetos feitos, na Direção Geral do Património Cultural, na Câmara Municipal de Lisboa, na Direção Geral do Tesouro e Finanças, que tem um subdiretor geral, aquele *lobby* também do património, tudo isso. E depois, tive que ainda pedir a intervenção do meu colega, Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, que por acaso mora no Restelo, o que também me ajudou a dar um bocado mais de força para que, realmente, aquilo fosse o mais rápido possível. Portanto, como vê, empenhámo-nos o mais rapidamente possível. Mas, nós ficamos muito contentes, mesmo assim, com essas coisinhas pequeninas, mas que para nós são muito importantes. Ter uma janela, não é, Dra. Ana Domingues? Até parecemos privilegiados.

Muito obrigado.

José Matos Rosa (PSD): Já agora, Sr. Presidente, que estamos a terminar, e se me der a palavra, eu só queria desejar, em nome da Bancada do PSD, um santo natal e um bom ano novo a todos, tanto ao Executivo, como às outras Bancadas, como até aos habitantes que estão aqui representados, da Freguesia de Belém, e aos próprios funcionários e colaboradores da Junta de Freguesia.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Também, obviamente, em nome da Mesa, e antes de encerrar os trabalhos, deixar só duas notas finais, ou três.

A primeira é para dizer que o representante do PCP fez sinal que entregaria depois, numa matéria que já foi votada, que foi a do Orçamento deste ano, uma declaração de voto por escrito, e portanto, será anexada depois à ata – e obviamente remeterei a todos os Grupos, mas só para sinalizar que ela será entregue.

A segunda, para vos dizer, com toda a sinceridade, que eu acho que esta Assembleia de Freguesia correu muitíssimo bem, gostaria de cumprimentar todos. Independentemente da leitura política que cada um queira fazer, cumprimentar-vos pelo nível da discussão, pela qualidade das intervenções, intervenções obviamente críticas, ou não, mas feitas, obviamente, com critério, com preparação, com análise, e com estudo dos documentos. Digo isto, enfim, com a presunção mínima de ter participado em várias Assembleias e de ter debatido em umas quantas Assembleias, e foi a primeira vez em que me senti vivamente impressionado, positivamente impressionado com a qualidade do debate. E felicito por isso, obviamente, o Executivo, mas também a todos os Grupos da maioria e da oposição que participaram neste debate.

E por último, subscrever também, em meu nome e em nome da Mesa, as palavras do representante e porta-voz da Bancada do PSD, Matos Rosa – a Mesa também o fará, o Sr. Presidente, se quiser, também – desejar a todos um santo natal para os crentes, um bom dia para quem não for crente. Pelo menos um feliz natal, e que tenham todos um bom natal, para todos os presentes também, os membros do público.

Muito obrigado a todos. Bom natal. Cá estaremos para a próxima sessão.

Falta a aprovação da ata em minuta.

Luís Branco da Silva (1.º Secretário): Ainda estamos dentro da hora.

Ata em minuta:

“Nos termos e para os efeitos do art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no n.º 4 do art.º 29.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Belém, foram apreciadas em Reunião Ordinária de 21 de dezembro de 2017 as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais das referidas propostas, a ata em minuta.

- *Apreciação e aprovação da ata da sessão de 01/09/2017. Aprovada, com nove (9) votos a favor, e quatro (4) abstenções.*

- *Apreciação e aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento, Norma de Execução Orçamental, GOP's – Plano de Atividades, PPI e PPA) e Mapa de Pessoal de 2018 – Proposta da Junta de Freguesia. Oito (8) votos a favor, cinco (5) votos contra.*

- *Apreciação e ratificação do acordo de parceria com o Centro Paroquial de Assistência de Santa Maria de Belém. Doze (12) votos a favor, um (1) voto contra.*

- *Apreciação e aprovação da 1.ª Adenda ao Regimento dos Clubes Paula Vicente 2017/2018 – Estatuto do Aluno Tutor. Treze (13) votos a favor – unanimidade.*

- *Apreciação e aprovação da 2.ª Adenda ao Regimento dos Clubes Paula Vicente 2017/2018 – Estatuto do Aluno Tutor – Prazo de pagamento de mensalidades. Doze (12) votos a favor, um (1) voto contra.*

- *Apreciação e aprovação de alteração ao Regulamento Interno do Projeto de Intervenção Sócio Educativa. Doze (12) votos a favor, uma (1) abstenção.*

- *Ratificação de protocolos e contratos celebrados com o Município de Lisboa:*

Atividades de Animação e Apoio à Família 2017-2018 – Proposta da Junta de Freguesia. Doze (12) votos a favor, uma (1) abstenção.

Componente de Apoio à Família 2017-2018 – Proposta da Junta de Freguesia. Doze (12) votos a favor, uma (1) abstenção.

- *Ratificação do Contrato-Programa das AEC's. Doze (12) votos a favor, uma (1) abstenção.*

Nos termos do n.º 3 do art.º 57.º, do supracitado Regime Jurídico das Autarquias Locais, eu, Luís Branco Silva, a lavrei.

21 de dezembro de 2017

O Presidente da Assembleia de Freguesia”

Presidente da Mesa: Estamos no limite. Está à votação a ata. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Queria só dizer-vos que estamos no limite, aquilo que noutras reuniões costumo chamar de o “princípio de Cinderela” – a meia noite, que é aquele momento em que, quando não se cumpre, nos transformamos em coisas que não queremos, e os nossos carros são abóboras.